

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Alberto Martins

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Pe. José Benedito de Almeida David

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Enildo Galvão Carneiro Pessoa

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e História
Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIÓGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXVI - Nº 155 ISSN-0101-4919 JULHO/SETEMBRO 1994

SUMÁRIO

Série "República"	275
Odilon Nogueira de Matos	
Instrução nas Minas Gerais no século XVIII: o Seminário de Mariana	288
Bárbara Fadel	
Federalismo e Revolução: considerações gerais	297
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Lélio Coluccini, o escultor de Campinas	303
Duílio Battistoni Filho	
Música no tempo da colônia	305
Vasco Mariz	
Mestre José Honório Rodrigues, um historiador na trincheira	317
José Sebastião Witter	

De uma pasta de velhos recortes

Rui Barbosa, Ministro da Fazenda 320
Abelardo Vergueiro César

Memória Campineira
O espírito de iniciativa em Campinas (Campos Sales) 332

Textos (sugestões para seminários)
O Marquês de Barbacena visto por um mercenário alemão 336
Proclamação aos patriotas renanos 337

Vultos da Historiografia Brasileira

Tito Lívio Ferreira 339

Seleta

Vida social e mudança do município (Tito Lívio Ferreira) 341

Rabiscos de um escrevinhador

Debates de história regional 345

A estátua do bispo 346

Ainda Dom Lasagna 348

Páginas de um livro de memórias 349

Dez livros 351

A propósito de uma iniciação política 352
Odilon Nogueira de Matos

SÉRIE "REPÚBLICA"

Odilon Nogueira de MATOS

Em o nº 143 (julho/setembro de 1991) de nossa publicação, tivemos oportunidade de registrar a Série "Abolição", publicada pela Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, como contribuição ao estudo da escravidão e do abolicionismo, num total de vinte volumes, comemorando, dessa maneira, o centenário da Abolição, transcorrido em 1988. Lembramos, de início, o quanto o transcurso de efemérides comemorativas de personalidades e episódios históricos tem constituído oportunidades propícias a um considerável avolumamento da bibliografia referente a temas a elas vinculados e, não raro, a uma verdadeira reavaliação histórica e crítica resultante de manifestações culturais da mais variada natureza: congressos, simpósios, conferências, cursos, exposições e outras modalidades. O ideal, inegavelmente, é quando de tais manifestações resulta a publicação de livros ou números especiais de revistas especializadas, assegurando, assim, um caráter de permanência a eventos que, doutra forma, ficariam esquecidos com o tempo.

No ano seguinte (1989), ao ensejo do centenário da República, a idêntica iniciativa abalçou-se a Fundação Joaquim Nabuco (em convênio com a Editora Massangana), publicando uma série igualmente valiosa sobre temas republicanos, também sob esclarecida direção de Leonardo Dantas Silva, o responsável pelo empreendimento anterior. E, tal como da outra vez, a ele estendemos nossos agradecimentos, pois foi graças à sua gentileza que tivemos o prazer de receber graciosamente os 16 volumes da nova coleção, que nos comprazemos, agora, em registrar. Os nove primeiros volumes foram publicados em 1989, no próprio ano do centenário; os de nºs 10 a 15 o foram em 1990 e apenas o último (16º) traz a data de 1992.

Vol. 1. Manuel Correia de Andrade - **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. 114p

Nesse volume inicial da coleção o renomado geógrafo e historiador pernambucano procura fazer "uma análise histórica do processo de transformação dos velhos bangüês em usinas, atravessando as experiências dos meio-aparelhos e dos engenhos centrais, procurando observar e caracterizar as transformações que esse processo imprimiu na organização do espaço pernambucano". Intitulam-se os seus capítulos: "A cana ocupa o território", "Engenhos centrais e usinas", "A expansão usineira (1890-1910)", "As crises e a intervenção do Estado (1910-1930)", "A agroindústria sob a intervenção estatal (1930-1964)" e "Capitalismo e modernização (1964-1984)". Excelente bibliografia complementa o trabalho. Com a vivência sempre demonstrada pelo autor com relação a temas pernambucanos, ou mesmo do Nordeste em geral, pode-se aceitar que sua simples esperança ao encerrar a introdução se transforme em plena certeza, isto é, que seu trabalho realmente deu "uma contribuição valiosa à compreensão da evolução recente da indústria açucareira em Pernambuco e contribuído para uma análise das estruturas sociais do Estado".

*

Vol. 2. Glacyra Lazzari Leite - **Pernambuco 1824: a Confederação do Equador**. Pref. Manuel Correia de Andrade. 210p

Com toda a propriedade, o prefaciador ressalta a circunstância de ter a historiadora paulista, autora do presente ensaio, escolhido temas pernambucanos para seus trabalhos de grau universitário. Assim fez com **Pernambuco 1817** e, agora, com **Pernambuco 1824**, este apresentado originalmente como tese de livre-docência de História do Brasil na unidade de Assis, da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pesquisadora decidida, observa, ainda, Correia de Andrade, a autora "trabalhou em arquivos do Recife, do Rio de Janeiro e de Lisboa sobre a documentação de Pernambuco referente às três primeiras décadas do século XIX, refletiu sobre a documentação que obteve, classificou e catalogou esta documentação, leu exaustivamente a bibliografia existente sobre o período e elaborou não só as teses referidas como artigos e comunicações científicas sobre os mais diversos aspectos da história pernambucana no período 1817/24". Resultou disso tudo a pesquisa realmente modelar, certamente o que de melhor até agora se escreveu sobre o movimento de 1824, complementando e melhor interpretando o que fora escrito antes por outros que não tiveram a oportunidade de realizar as pesquisas que a autora realizou. É significativo que uma coleção sobre a "República" inclua esta monografia sobre a Confederação do Equador, certamente o ponto mais alto do que se poderia denominar a pré-história da República em Pernambuco. Corretas indicações

bibliográficas e de fontes apoiam seu trabalho, no qual tudo se nos afigura fundamental, sem nada de supérfluo.

*

Vol. 3. **Memória da República**: catálogo de recortes de jornais e da correspondência do Arquivo Joaquim Nabuco. Coordenação de Tereza Cristina de Souza Dantas, com a colaboração de Ilka Cavalcanti Loureiro, Liège T. Miranda Coelho, Silvia Carvalheira e Teresa Victoria Raul. 134p.

A simples informação de que o Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco "é possivelmente o detentor do maior acervo de arquivos pessoais do Nordeste do Brasil", com cerca de trezentos mil documentos classificados em numerosas coleções que correspondem "aos arquivos de figuras da maior expressão na nossa vida cultural e política, dos fins do Império e da República", diz mais do que qualquer outra coisa do interesse e da importância de um catálogo que procure arrolar parte considerável desse acervo especialmente quando elaborado com o cuidado e o esmero e diríamos até o capricho com que se apresenta este volume terceiro da série "República", que vimos noticiando. A apresentação de Manuel Correia de Andrade chama a atenção não só para os objetivos, mas para a própria sistemática com que o catálogo foi elaborado, "por uma equipe de alto nível". Reveste-se o catálogo - é ainda o apresentador quem o diz - "de valor inestimável para o estudo da figura de Nabuco e do seu posicionamento político e ideológico frente aos grandes temas que entusiasmaram a elite brasileira nos fins do século XIX e início do século XX." Enfim, mais uma contribuição "à compreensão e ao debate da história brasileira, de importância nacional e não apenas regional".

*

Vol. 4. Affonso d'Albuquerque Mello - **A liberdade no Brasil, seu nascimento, vida, morte e sepultura**. 2ª ed., revista e atualizada. Apres. de Nelson Saldanha. 216p

Fiel ao seu programa de reedições, entendeu a Editora tirar do esquecimento textos de profundo significado para a história dos ideais liberais e mesmo republicanos em Pernambuco, iniciando-o com esse livro surgido no Recife, em 1864. O autor nasceu em 1817. Bacharel pela Faculdade de Direito (então em Olinda) em 1841, foi deputado em mais de uma legislatura, exerceu o cargo de secretário do Tesouro provincial e faleceu aos 85 anos, em 1902. "Consta que foi

republicano exaltado, mas que, proclamado o novo regime, decepcionou-se e passou a combater o governo em termos violentos", observa o autor da introdução, que continua: "a veemência e a alusão à liberdade se encontram ostensivamente" nessa obra ora reeditada. Como de comum acontece em livros dessa natureza, **A liberdade no Brasil** "não apresenta uma seqüência bastante orgânica em seus capítulos. Os temas se sucedem sem um esquema muito claro, com muitas digressões e repetições. O autor retoma sem método certos assuntos, sempre tocando em duas ou três constantes maiores: a acusação aos 'corcundas', ou seja, aos lusófilos e conservadores, a referência à constituição, o reexame dos acontecimentos recentes" (Da apresentação). Dedicando logo capítulo como que introdutório sobre a noção de liberdade, apresenta-nos amplo painel onde mostra a posição de Pernambuco e dos pernambucanos em grandes momentos do século XIX, começando pela revolução de 1817. Dele, bem o disse o professor Nelson Saldanha, "é dos livros mais interessantes e mais cheios de vida de toda a literatura política brasileira do século XIX: um livro sincero e patriótico, escrito com profundo sentimento e com enorme força de comunicação".

*

Vol. 5. Henrique Augusto Milet - **A lavoura da cana de açúcar**. Apres. de Manuel Correia de Andrade. 150p

Embora não conste de página-de-rostro e nem da ficha catalográfica, trata-se de reedição de livro publicado originalmente em 1881, nas oficinas do "Jornal do Recife". O autor, engenheiro francês que chegou ao Brasil na missão Vauthier, contratada pelo Conde da Boa Vista para realizar obras modernizadoras na então província de Pernambuco, deixou-nos um livro que Manuel Correia de Andrade considera "da maior importância para a cultura e o conhecimento da história de Pernambuco". Ninguém melhor que o apresentador para dar em traços gerais a contribuição do engenheiro francês: "Milet foi uma figura singular. Aqui (em Pernambuco) permaneceu, casou, trabalhou em diversas atividades ligadas à sua profissão, participou de congressos e reuniões classistas e escreveu artigos candentes publicados na imprensa. Abordou os temas econômicos mais importantes de sua época e teve o cuidado de reunir os seus artigos em livros, a que chamava modestamente de folhetos. Dentre estes destacam-se **O Quebra-Quilos e a crise da lavoura**, republicado pelo Editora Global em 1987, com o apoio do Instituto Nacional do Livro, **O auxílio à lavoura e a crédito rural**, **Miscelânea econômica**, **Miscelânea econômica e política**, etc., que estão necessitando ser reeditados". E louva o professor Correia de Andrade a idéia da recente reedição do volume que nos apraz registrar. Como já se disse, o livro teve sua primeira publicação em 1881,

época em que a agricultura canavieira enfrentava uma grande crise e se procuravam novas alternativas econômicas para a província. Uma dessas alternativas era o café, defendida pelo então presidente Henrique Pereira de Lucena, mas que Milet, baseado nos seus conhecimentos econômicos e na experiência agrícola, muito criticou, chamando a atenção para o fato de que o café em Pernambuco não tinha condições de substituir a cana e que a campanha do então presidente da província poderia provocar um desânimo nos senhores de engenho, com grande prejuízo para todos. Boa parte da problemática do açúcar, desde o custo da produção até o transporte ferroviário, já em pleno desenvolvimento quando da publicação do livro, é criteriosamente abordada, levando o apresentador a afirmar que o trabalho de Milet "é fundamental para o conhecimento da história de Pernambuco e do Nordeste na segunda metade do século XIX, no período de agonia dos bangüês, assim como para um maior conhecimento da história do pensamento em relação à economia e à política por parte dos produtores de açúcar, classe que dominava então a província e que se angustiava por perder espaço em escala nacional para os produtores de café do Centro-Sul".

*

Vol. 6. **Nabuco e a República**. Textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas Siva. xxvi+173p

Três ensaios - **O Povo e o Trono** (1869), **O Dever dos monarquistas** (1895) e **A intervenção estrangeira na Revolta da Armada** (1896) - estão a marcar a fase republicana e liberal de Joaquim Nabuco. O primeiro, escrito no calor da juventude, só agora obteve a sua segunda edição e os dois outros, escritos na fase madura, são pouco conhecidos do grande público, daí a importância dessa coletânea para os estudiosos da evolução do pensamento político brasileiro e especialmente interessados na vida do grande liberal pernambucano" (Nota de contracapa). Mais uma excelente iniciativa de Leonardo Dantas Silva, a reedição desses textos, precedida de criteriosa introdução em que analisa o caráter e o significado de cada um deles. O primeiro, **O povo e o Trono**, "profissão de fé política", publicado com o pseudônimo de "Juvenal, Romano da Decadência", é praticamente desconhecido de seus biógrafos, pois nem sequer vem mencionado pela maior delas, sua filha Carolina, embora conste do clássico *Dicionário Bibliográfico*, de Sacramento Blake. O dever dos monarquistas, consiste numa carta do Almirante Jaceguai, em resposta à que fora publicada no "Jornal do Comércio" de 15 de setembro de 1895, sob o título **Dever do momento**. Tal como o primeiro, constitui profissão de fé no regime monárquico, mas de uma confissão franca, leal e aberta a eventuais críticas que pudessem ser feitas ao regime. Já o terceiro, **A intervenção estrangeira...**, visa a um objetivo mais específico, qual é retratar um momento difícil dos primeiros anos da República, particularmente o episódio final da chamada "Revolta da Armada".

Este trabalho mereceu reedições em 1932 (Freitas Bastos) e 1939 (Companhia Editora Nacional).

*

Vol. 7. Gilberto Freyre - **O velho Félix e suas "Memórias de um Cavalcanti"**. Edição fac-similar a de 1959; pref. Lourival Fontes; apres. Leonardo Dantas Silva. 274p

A primeira referência bibliográfica às Memórias do velho Felix ocorreu na coleção "Brasílica", que as editou em 1940, em seu volume 196, contendo trecho do "livro de assentos" de Felix Cavalcanti de Albuquerque Melo (1821-1901), escolhidos e anotados pelo seu bisneto Diogo de Melo Menezes, com introdução de Gilberto Freyre. Precioso exemplo de um códice dos arquivos de família, de grande interesse para a história social do Brasil, como o prova o uso que dele fez o autor de "Casa Grande & Senzala" para os seus imprescindíveis trabalhos sobre a formação patriarcal da sociedade do nordeste brasileiro. Com base nessas "memórias" elaborou Gilberto Freyre o excelente ensaio que aqui se registra, publicado originalmente na coleção de suas "Obras Reunidas", editadas em 1959 pela Editora José Olympio e aqui reproduzido fac-similarmente, incluindo o prefácio de Lourival Fontes. Aliás este prefácio caracteriza bem o interesse do livro: "O velho Cavalcanti não escreveu memórias com destino à publicidade ou com intenção literária. Ele as escreveu para o olvido e para o anonimato. São assuntos íntimos, observações pessoais, impressões privadas, cronologias domésticas, reações aos acontecimentos, inibições sociais, desassossego e confusão diante do progresso, da invenção técnica ou do milagre científico. Era um homem não de boas mas de poucas letras. Pobre mas nobre, sem a posse da terra mas com a auréola da tradição. Narra os acontecimentos como revela as reações pessoais. São papéis intencionalmente humanos, com uma enorme soma de experiências individuais"(...) Nesse livro de assentos sucedem-se as grandes cheias, as secas devastadoras, a Revolta Praieira, a eloqüência de Joaquim Nabuco, o triunfo das causas populares, as façanhas dos capoeiras, as debilitações e perecimentos da peste, as casas mal-assombradas com almas do outro mundo, a rebelião frustrada de Dom Vital, e, por fim, a Abolição e a República".

*

Vol. 8. Manuel Correia de Andrade (org) - **Movimentos populares no Nordeste no período regencial**. 92p

Resultou esse volume de um seminário realizado a 25 de abril de 1986, comemorativo do sesquicentenário da "Guerra dos Cabanos", com a finalidade de

reunir estudiosos brasileiros que se vêm preocupando com isso e estudando os movimentos populares que ocorreram no Nordeste durante o período regencial. Justificando-o, escreveu Manuel Correia de Andrade, coordenador e um dos autores: "Estes estudos têm a maior importância por haver sido a Regência um dos períodos mais tumultados da história brasileira, nele se fez a transição do controle do Estado pelos políticos do período colonial, em sua maioria portugueses de nascimento, para o domínio do Segundo Reinado em que o governo, apesar de monárquico, manteve uma maior identificação com as elites dirigentes nacionais. Nesse período de transição (1831/1840) ocorreram grandes atritos entre os grupos sociais dominantes, em grande parte absolutistas e conservadores, e as camadas populares, pobres, expropriadas, que procuravam libertar-se da dominação a que estavam submetidas". Eis os trabalhos contidos no volume: "A Balaiada no Piauí" (Maria Amélia Freitas de Oliveira); "A revolta de Pinto Madeira no Ceará: participação dos segmentos sociais marginalizados" (João Alfredo S. Montenegro); "Setembrizada e Novembrada: fontes de irradiação nordestina" (José Otávio); "O povo contra a oligarquia: a Guerra dos Cabanos" (Manuel Correia de Andrade); "A Guerra dos Cabanos: uma interpretação" (Décio Freitas).

*

Vol. 9. Fernando da Cruz Gouvea - **Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República.** 408p

O nome de Fernando da Cruz Gouvea é a melhor das credenciais para a consagração deste seu trabalho, modelo de pesquisa no campo da história política, em que analisa uma das fases mais brilhantes da vida de Joaquim Nabuco, desde quando retornou à província para concluir seus estudos na Faculdade de Direito, em 1869, até a proclamação da República em 1889, passando por uma série de momentos significativos da carreira do grande estadista. Narrar novamente a vida de Nabuco em termos convencionais, inclusive arriscando-se a repetições inúteis, afigurou-se ao autor tarefa "até certo ponto ociosa". Eis porque optou por estudar com a profundidade possível a sua presença "na vida política da província natal, a sua atuação, a partir de 1871, na imprensa da Corte, defendendo a liberdade para os escravos e a sustentar a superioridade do regime monárquico constitucional, segundo o modelo britânico, sobre uma república que, ao seu ver, o país ainda não amadurecera o suficiente para uma implantação que terminaria acontecendo à moda hispano-americana, vale dizer mediante um golpe militar definido pelo analista como um retrocesso danoso à evolução política nacional". Seus oito capítulos intitulam-se: 1. O primeiro vôo do Condor; 2. Joaquim Nabuco e os republicanos de 1870; 3. O deputado; 4. No Recife, 1884; 5. 1885: a caprichosa volta à Câmara dos

Deputados"; 6. Os conservadores no poder e a derrota eleitoral no Primeiro Distrito; 7. 1887: Nabuco vive no Recife, a sua "data perpétua"; 8. A caminho do acaso político. Em apêndice, diversos artigos de Joaquim Nabuco de setembro/dezembro de 1888, no jornal "O País".

*

Vol. 10. J. Gonçalves Maia - **A política do assassinato: uma página da história pernambucana**. Apre. de Leonardo Dantas Silva. 56p

Reedição de libelo publicado no Recife em 1895, motivado por desagradáveis ocorrências verificadas na capital pernambucana no início da República, como resultante da ação arbitrária de Alexandre José Barbosa Lima no governo do Estado, governo - lembra o apresentador do volume - "agitado, inseguro, marcado por golpes, quarteladas, truculências e até fuzilamentos sem julgamento prévio". De um desses conflitos resultou a morte do jornalista José Maria de Albuquerque e Melo, redator do jornal "A Província". Tais ocorrências serviram de tema ao opúsculo de J. Gonçalves Maia, agora reeditado por sugestão de Manuel Correia de Andrade. Opúsculo que o próprio autor assim justifica: "As conseqüências do monstruoso atentado que nos envergonha perante o mundo civilizado são bastante duradouras, para que o sejam também os julgamentos da opinião. O jornal é insuficiente. Por isso eu reuni em folheto todos os artigos publicados..." Folheto que "condensa o que eu chamei 'um incidente jornalístico' de uns dias e compendia um trecho dessa política vermelha, que constitui o assassinato um expediente de governo". Poderá parecer estranha a inclusão de um trabalho circunstancial numa coleção do nível da "República". Vale, contudo, a justificativa de Leonardo Dantas Silva: "Na memória histórica das gentes os folhetos, por vezes, gozam de especial interesse, pois revelam episódios de nossa **petit histoire** que nem sempre encontram espaço nos livros dos grandes historiadores". Cremos fazer falta ao volume uma nota, por pequena que fosse, sobre o autor, J. Gonçalves Maia.

*

Vol. 11. José Domingues Codeceira - **A idéia republicana no Brasil: prioridade de Pernambuco**. 2ª ed. revista e atualizada; apres. Leonardo Dantas Silva; pref. Eduardo José Wanderley Rocha. 139p

Mais uma significativa reedição de texto do século passado, este em que o major José Domingues Codeceira reivindica para Pernambuco, "comprovada

em face da história", a prioridade de seu Estado na idéia republicana no Brasil. Os pernambucanos dos primeiros tempos da República não se conformaram com o ato do governo federal que considerou a Inconfidência Mineira, como precursora dos movimentos libertários do Brasil e nem com o endeusamento de Tiradentes como protomártir da Independência. Daí, o muito que se escreveu a propósito, destacando-se o extenso libelo aqui noticiado, originalmente apresentado como comunicação ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e publicado em 1894. Sua tese é reivindicar para Bernardo José de Melo, principal partícipe do movimento de 1710, o que a República atribuiu a Tiradentes e à Inconfidência. Embora seu libelo pretenda ser "comprovado em face da História e dos documentos autênticos", o prefaciador desta reedição, Eduardo José Wanderley Rocha, enumerou diversas omissões do autor no arrolamento dos fatos que justificariam a prioridade pernambucana na Independência do Brasil, mas conclui que apesar desses senões, "a obra de Codeceira constitui-se num excelente repositório dos movimentos libertários ocorridos em nosso Estado; de modo algum não podemos obscurecer seus méritos".

*

Vol. 12. Vicente Licínio Cardoso (org) - **À margem da História da República**: inquérito por escritores da geração nascida com a República. 3ª ed., revista e atualizada; apres. de Potyguar Mattos. 305p

Em 1924, editada por Álvaro Pinto ("Anuário do Brasil"), aparecia no Rio de Janeiro uma importante obra coletiva intitulada **À margem da História da República**, e trazendo como subtítulo "Inquérito por escritores da geração nascida com a República". A organização do volume foi atribuída a Vicente Licínio Cardoso, embora nele não houvesse nenhuma indicação a respeito. Nele se inseriam algumas das melhores páginas para o conhecimento do pensamento político no Brasil. Colaboraram, pela ordem em que figuram no volume, A. Carneiro Leão ("Os deveres das novas gerações brasileiras"), Celso Vieira ("Evolução do pensamento republicano no Brasil"), "As instituições políticas e o meio social no Brasil" (Gilberto Amado), Jônatas Serrano ("O clero e a República", José Antônio Nogueira ("O ideal brasileiro desenvolvido na República"), Nuno Pinheiro ("Finanças nacionais"), Oliveira Viana ("O idealismo da Constituição"), Pontes de Miranda ("Preliminares para a revisão constitucional"), Ronald de Carvalho ("Bases da nacionalidade brasileira"), Tasso da Silveira ("A consciência brasileira"), Tristão de Athayde ("Política e Letras") e Vicente Licínio Cardoso ("Benjamin Constant, o fundador da República" e "À margem da República"). Com o tempo, a obra tornou-se extremamente rara e cada vez mais prezada (e utilizada) pelos seus felizes

possuidores. Todos os estudiosos de nossa História, especialmente os interessados no período republicano e sobretudo os mais jovens, que não tinham acesso ao livro de 1924, rejubilaram-se com a iniciativa da Editora da Universidade de Brasília reeditando-o na série "Biblioteca do Pensamento Político Republicano". Sem nenhuma razão aparente, e sem necessidade, nesta edição de Brasília foi a obra dividida em dois volumes. E esgotou-se logo sem que muita gente a ela pudesse ter acesso. Dai saudarmos com a maior alegria a iniciativa da Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana incluindo o precioso livro em sua coleção "República", pondo-o, portanto, novamente ao alcance dos interessados. Esta bela edição, de excelente apresentação gráfica, com prefácio de Potyguar Mattos, apresenta-nos a obra num só volume, como na edição "príncipe", e constitui, sem dúvida, um dos pontos altos da coleção que vimos noticiando e comentando. De fato, é extremamente oportuno reler setenta anos depois as páginas escritas num momento assaz delicado da vida brasileira, ao impacto das muitas crises que a República, apenas em trinta anos, teve de enfrentar. Especialmente se considerarmos que a "geração nascida com a República" já não mais existe: o último sobrevivente do inquérito de 1924, Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde), faleceu há pouco mais de dez anos. A geração desapareceu mas a obra ficou e nela estão representados os mais objetivos pensadores do período republicano, exceção feita, naturalmente, de Alberto Torres e de Rui Barbosa, os quais, se vivos estivessem em 1924, certamente teriam sido convidados para o importante inquérito. Temos por hábito dizer que numa terra de poucos pensadores, como é o caso do Brasil, deve-se valorizar o pouco que existe em matéria de reflexão política e filosófica. E estas páginas de **À margem da História da República** figuram entre o que de melhor se pode oferecer para a história de nossa cultura política. Considere-se, ainda, que alguns desses autores fizeram de seus depoimentos núcleos de trabalhos maiores, desenvolvidos posteriormente. Caso, por exemplo, de Oliveira Viana, Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, entre outros.

*

Vol. 13. Oliveira Viana - **O ocaso do Império**. 4ª ed.; pref. de Walter Costa Porto. 170p

A conhecida obra de Oliveira Viana apareceu originalmente em 1925, integrando um volume especial publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemorativo do centenário de D. Pedro II, uma das obras coletivas mais importantes já publicadas em nosso país. Mereceu duas tiragens em livro: uma, pelas Edições Melhoramentos (1933) e outra pela Editora José Olympio (1959). A inclusão do livro na coleção "República", veio pô-lo de novo ao alcance dos

estudiosos de nossa história, já que as edições anteriores estavam de há muito esgotadas. Em que pese a crítica muito severa e nem sempre muito justa a que vem sendo ultimamente submetida a obra do pensador e sociólogo fluminense, consideramos **O ocaso do Império** um dos pontos altos da preciosa série que vimos noticiando. Estudando a desagregação da ordem monárquica a partir da queda do gabinete Zacarias, em 1868, consta o livro das seguintes partes: 1. Evolução do ideal monárquico-parlamentar; 2. O movimento abolicionista e a monarquia; 3. Gênese e evolução do ideal republicano; 4. O papel do elemento militar na queda do Império; e 5. A queda do Império. Oportuno e pertinente o prefácio de Walter Costa Porto.

*

Vol. 14. Tito Franco de Almeida - **Monarquia e monarquistas**. 2ª ed., revista e atualizada; pref. de Manuel Correia de Andrade. 406p

"Tito Franco tinha uma visão sociológica do país e sabia que os liberais passavam menos tempo no poder do que os conservadores; assim sendo, ele teria que aproveitar mais intensamente o seu mandato para fazer críticas, disseminar as suas idéias e influenciar a vida política e social do país. Conhecedor da realidade brasileira, em escala nacional, e da Amazônia em escala regional, ele fez uma série de discursos, de artigos e de livros em que analisava a situação do país e de sua problemática. Os grandes temas nacionais sempre o preocuparam, sempre estiveram no centro de suas reflexões e orientaram a sua luta. Combateu a escravidão e o tráfico de escravos, no período em que este problema agitava o Império, pondo em risco a sua própria soberania, em face da intervenção inglesa; analisou o problema da terra e da mão-de-obra agrícola, ligando-o ao do abastecimento dos centros urbanos, em uma fase em que a população urbana, embora pequena, sofria as dificuldades de abastecimento; preocupou-se com o problema da abertura do rio Amazonas e dos seus afluentes à navegação de navios estrangeiros, procurando desenvolver esta região, ao mesmo tempo em que defendia a colonização como contribuição ao povoamento e à exploração dos recursos naturais aí existentes; preocupou-se ainda com o problema da organização político-administrativa do país, estudando a história da monarquia e tentando demonstrar que esta forma de governo necessitava ser modificada, diminuindo a influência do Imperador na vida político-administrativa e dando maior autonomia às províncias, a fim de que a vida local e regional não fosse esmagada pelas decisões tomadas na Corte, em nível nacional; preocupou-se também com o problema eleitoral, defendendo a reforma que implantaria o sistema do voto direto, em substituição ao voto indireto. E, no fim da vida, surpreendido, como todo o povo brasileiro, com a proclamação da República, em consequência de

uma quartelada, ele não aderiria à nova forma de governo e se manteria fiel à monarquia e à família reinante, quando tal atitude o eliminava da vida política. Em um momento histórico em que as principais figuras do Império apressaram-se em aderir à República para continuar com poder de mando, Tito Franco, com uns poucos monarquistas convictos, continuou fiel à família imperial, esperando que a República fracassasse e a Monarquia fosse restaurada. Morreu abandonado por seus eleitores mas batalhando por seus ideais. Mais interessante do que analisar a ação de Tito Franco, é fazer uma análise dos seus livros e de suas idéias, de vez que elas refletem a sua ação. Dentre os numerosos trabalhou que escreveu e publicou, alguns são fundamentais à compreensão de sua trajetória política e intelectual". Escusas pela longa transcrição, mas o prefácio de Manuel Correia de Andrade pareceu-nos tão expressivo para a compreensão da obra política do publicista paraense que enriqueceria sobremaneira nosso comentário. E adiante passa Correia de Andrade a examinar os diversos livros que publicou, o que se torna de real valor, pois de tudo quanto Tito Franco publicou, apenas um livro, **O Conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea**, merecera reedição, e assim mesmo já ha muitos anos - meio século -, quando foi publicado pela Coleção "Brasília". Poucos políticos do Império tiveram visão ampla dos problemas nacionais como Tito Franco: Taunay, Nabuco e uns poucos mais. Portanto, é altamente significativo que se o coloque de novo ao nosso alcance, como se fez com esta reedição de **Monarquia e monarquistas**.

*

Vol. 15. Leonardo Dantas Silva (org.) - **A República em Pernambuco**.
xxviii+180p

A frase de Joaquim Nabuco colocada à guisa de moto neste livro como que o inspirou, dando-lhe sua razão de ser: "A Província de Pernambuco estará republicana dentro de pouco tempo. A sua tradição é republicana; ela fez-se por si, defendeu-se sozinha contra a Holanda, quando Portugal estava em poder dos espanhóis; conquistou sua independência por suas próprias mãos, e nada deve ao Império senão a centralização, que já a teria morto, como as suas irmãs do Norte, se não fosse a sua vitalidade extraordinária, alguma coisa do seu clima e na sua luz que impede a decadência, talvez a consciência da sua identidade histórica". E a certa altura de sua magnífica introdução, escreve Leonardo Dantas Silva: "O sentimento republicano em Pernambuco tem se mantido uma constante ao longo de sua história". E melhor prova não poderia encontrar sua asserção do que reunir neste volume, quase como encerrando a coleção, diversos artigos escritos em diferentes ocasiões, por vários autores, em diversas ocasiões, atestando, todos, o aludido sentimento republicano dos pernambucanos. Coletânea que reúne alguns estudos de

movimentos republicanos eclodidos em Pernambuco durante o século XIX, "que vêm revelar algumas facetas por vezes desconhecidas da maioria dos pesquisadores e estudiosos do tema". O primeiro deles, "Os Patriotas de 1817", revela o romancista Franklin Távora como historiador. A seguir: "A bandeira de Pernambuco", estudo histórico-heráldico do próprio organizador da coleção, Leonardo Dantas Silva; "Lei orgânica da República de Pernambuco em 1817", extraída das notas de Oliveira Lima à clássica obra de Mons. Muniz Tavares sobre a revolução de 1817; quatro trabalhos do historiador pernambucano Alfredo de Carvalho: "Os motins de fevereiro de 1823, "A República do Equador", "A bandeira da Confederação do Equador" e "As carneiradas: episódios da Guerra dos Cabanos"; "O suplício de Frei Caneca", depoimento de Fernando José Martins e, encerrando o volume, "Rumos de republicanismo em Pernambuco", de Marc Jay Hoffnagel, professor da Universidade Federal de Pernambuco. Com exceção do estudo sobre a bandeira de Pernambuco, publicado originalmente pela Secretaria do Governo do Estado em 1972, todos os demais foram extraídos da preciosa Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, conforme as indicações bem precisas constantes dos textos.

*

Vol. 16. Manuel Correia de Andrade e Tereza Cristina de Sousa Dantas
(orgs.) - **Nabuco e a Federação**. 72p

Para encerrar a preciosa coleção "República", um volume reunindo trabalhos apresentados no Seminário "Nabuco e a República Federativa do Brasil", promovido pelo Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade, da Fundação Joaquim Nabuco, em março de 1990. Organização de Manuel Correia de Andrade, de Tereza Cristina de Sousa Dantas, aborda os seguintes temas: "Nabuco: entre a Monarquia e a República", por Manuel Correia de Andrade; "Cidadania e Positivismo: contradições da República brasileira", por José Leonardo do Nascimento; "Transformações econômico-sociais e República", por Célia Freire de Aquino Fonseca; "Gilberto e Nabuco", por Odilon Ribeiro Coutinho. Acreditam os organizadores prestarem "um serviço de porte ao conhecimento da realidade brasileira e pernambucana, provocando um debate de grande importância histórica".

INSTRUÇÃO NAS MINAS GERAIS DOS SÉCULO XVIII O SEMINÁRIO DE MARIANA

Barbara FADEL

No século XVIII, a criação de um seminário representava um ato de coragem e ousadia por parte dos bispos, uma vez que não gozavam de independência financeira e administrativa. Do rei dependia a dotação de verbas para a manutenção e administração da casa de formação do clero. Até mesmo a construção dos edifícios que abrigariam a instituição era demorada, pois as dificuldades encontradas para a obtenção dos recursos retardava o andamento do trabalho. Esta dependência gerou conflitos que acabaram por impedir a evolução pacífica do próprio seminário.

O Papa Bento XIV, homem de visão, enquadrado no espírito progressista da época, foi um vivificador de idéias, um educador que incentivou e protegeu a pesquisa, fundou academias científicas e defendeu um programa de ensino embasado no uso da razão e na visão prática e racionalista¹. Sua preocupação com a promoção das ciências transparece nos documentos pontificais onde, além de confirmar bispos brasileiros nas dioceses de Minas Gerais e de São Paulo, insistia com os respectivos bispos para que se empenhassem na fundação de seminários em suas dioceses². Seguindo essa orientação, em 20 de dezembro de 1750, coube a Dom Frei Manuel da Cruz a criação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, na cidade episcopal de Mariana, tendo como objetivo a formação de um clero apto a exercer suas funções junto à sociedade mineira.

Conforme relata Diogo de Vasconcelos, a fundação do Seminário foi o maior serviço de D. Frei Manuel da Cruz, e o primeiro estabelecimento de ensino "público" em Minas. Por ele passaram homens notáveis que se destacaram, tanto nas

(1) Carrato, J. F. - **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**, 104-105. São Paulo, Editora Nacional/EDUSP, 1968. Col. "Brasiliana", v. 334).

(2) Bento XIV - **Moto próprio Candor lucis aeternae**, de 15-12-1745, dirigida a D. Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana e também a D. Bernardo Nogueira, primeiro bispo de São Paulo. In **Trindade, R. - Arquidiocese de Mariana**, 74-75. 2ª edição, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953

funções eclesiásticas, quanto nas políticas³. O seminário atendeu assim os desejos do Papa quanto à formação do clero nativo e aos anseios da população, que reclamava da falta de escolas para seus filhos, até então entregues a ocasionais aulas domésticas e paroquiais. Outra opção encontrada pelas famílias de maiores recursos era a de remeter seus filhos para estudar no Rio de Janeiro e na Bahia, arcando com grandes despesas.

Encontram-se registros das primeiras preocupações com o ensino público ou com a educação dos jovens brasileiros na correspondência trocada entre D. João V e o governador da Capitânia de Minas Gerais, em 22 de março de 1721. Nela, D. João V relata que está informado de que "há muitos rapazes que se criam sem doutrina alguma e que, por serem ilegítimos, não recebem os cuidados necessários dos pais não sendo as mães capazes de lhes darem educação"⁴. Solicita que os oficiais de cada vila providenciem para que em cada uma "tenha um mestre que ensine a ler, escrever e contar, que ensine latim, e os pais mandem os filhos a estas escolas"⁵.

O Seminário de Mariana, construído às expensas de mineiros ricos, formou seu patrimônio com terras e escravos que lhe foram doados⁶. A esses bens juntavam-se subvenções que foram utilizadas para o pagamento de professores, custeio da terra e escravos. Com a diminuição da riqueza dos mineradores, os recursos foram se escasseando, dificultando a reposição de escravos, bem como a conservação das terras⁷.

A correspondência de D. Frei Manuel ao Padre Geral, entretanto, revela seu empenho no sentido de viabilizar o funcionamento do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte⁸. Solicita a vinda de jesuítas com vistas à sua organização e orientação e requer a presença de seu sobrinho por via paterna, o padre José Nogueira, da Companhia de Jesus, o qual, além da assistência diuturna, deveria também ser responsável pelo curso de Filosofia e pela direção do Seminário. Sua

(3) Vasconcelos, Diogo - **História da civilização mineira**, Belo Horizonte, Biblioteca Mineira de Cultura, 1934.

(4) Carvalho, Feu de - "Instrução pública: primeiras aulas e escolas de Minas Gerais, 1721-1860". Rev. do Arq. Publ. Mineiro, ano 24, p. 347. Belo Horizonte, 1933.

(5) - Idem, *ibidem*, 1933.

(6) - "O ricaoço local, minerador e agricultor José de Torres Quintanilha faz doação de quase todos os seus bens para a fundação do seminário...", Carrato, obra citada, 106; v. também Trindade, R. - **Breve notícia dos seminários de Mariana, Arquidiocese de Mariana**, 1953.

(7) Saint-Hilaire, A. de - **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**, vol. 1, p. 151. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo, Editora Nacional, 1938 (Col. "Brasíliana", v. 126).

(8) Trindade, Raymndo - **Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história**, v. 1, p. 127. 2ª ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953, V. também **Breve**, p. 12.

presença é confirmada pela correspondência de D. Frei Manuel ao Padre Geral, em Roma, datada de 28 de fevereiro de 1749, para solicitar a confirmação de sua indicação. Na carta, D. Frei Manuel diz que o padre José Nogueira residia no palácio do Bispo e era professor de Filosofia.

Revelam, portanto, tais informações, a existência de escolas de ler, escrever e contar, com mestre-escola nomeado pela Câmara de vereadores, conforme solicitação de D. João V, em 1721. Embora tendo assumido tais funções, a passagem do referido padre pelo Seminário foi curta. Chegou em fins de 1748 e partiu em 31 de janeiro de 1758, pois recebeu ordens expressas para retornar imediatamente para o Rio de Janeiro, de onde viera⁹. Após esse período, o estabelecimento passou por dificuldades várias, tendo ficado muitas vezes sob a administração do Cabido em sé vaga¹⁰.

Apesar de todo o seu empenho e organização, somente em 18 de novembro de 1760 é que Dom Frei Manoel da Cruz faz vigir os Estatutos para "o regime espiritual e literário do Seminário"¹¹, onde prescrevia desde os horários em que os jovens deveriam se dedicar às orações de despertar, de tomar as refeições e de se recolher aos cubículos, até a obrigatoriedade de assistir diariamente à missa e de comungar todos os meses. Insistia também no fato de que, para se tornarem homens ilustrados e aptos para a pregação e a catequese, deveriam cumprir rigorosamente os horários de estudos em seus cubículos, além da frequência às classes de aula - de oito às dez e das quinze às dezoito horas, sem deixar de estabelecer também o horário de estudo nos suetos e nos dias de férias¹².

Percebe-se, nos diversos capítulos dos Estatutos, uma preocupação constante com a disciplina pessoal e institucional, tendo em vista que assegura, de

(9) Sobre a participação do Padre José Nogueira no Seminário de Mariana e a expulsão dos jesuítas da diocese, v. Trindade, **Arquidiocese...**, 129. Boschi, Caio C. - "A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais", em "Estudos Históricos", v. 4, n. 7, p. 102, Rio de Janeiro, 1991. Carrato, obra cit., 107. O Cônego R. Trindade, em sua **Breve história dos seminários de Mariana**, p. 19, afirma que a Companhia de Jesus chegou a estabelecer uma residência em Mariana, em fins de 1756 até 1758, tendo como superior o pe. Manuel Tavares e seu "socius" o irmão João de Moraes.

(10) Camello, M. J. de O. - **Dom Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero em Minas Gerais no século XIX**, p. 163. São Paulo, USP, Departamento de História, 1986 (Tese de doutorado).

(11) Os Estatutos de Dom Frei Manuel foram escritos em 1760, um ano após D. José I ter assinado o alvará (28-6-1759) de proscricção de todas as escolas jesuíticas e da reforma do ensino das humanidades no Reino. Cf. Carrato, obra cit. 128. Em janeiro de 1821, Dom Frei José da Santíssima Trindade reabre o Seminário e põe em vigor o novo estatuto, menos preso às leis portuguesas e de cunho mais ilustrado e liberal. Cf. Camello, obr. cit., 166. O estatuto de Dom Frei José foi publicado por Trindadem em suas obras **Arquidiocese...**, 788-807 e **Breve...**, 24.

(12) Carrato, obr. cit., 107-109.

um lado, o rigor e a severidade que se pretendia inculcar à formação do novo clero e, de outro, contribui para a edificação moral, espiritual e para a melhoria dos costumes.

Assim, o seminarista era proibido de sair do seminário, pois o bispo acreditava que o isolamento do mundo era um dos meios poderosos para a sua formação. Ele só poderia ir à cidade após autorização do reitor, se este julgasse necessário. Nesse caso, para acompanhá-lo, era indicado algum padre mestre ou, no impedimento desses, o reitor nomearia um companheiro¹³. Também estavam proibidos de freqüentarem os cubículos uns dos outros, receber neles pessoas de fora, entrarem na despensa, na cozinha e no refeitório, exceto nas horas de refeição¹⁴.

A constituição do clero na gestão do bispo D. Frei Manuel recebeu uma orientação predominantemente profissional, com ênfase ao aspecto da ação pastoral, conseguida pela demonstração vocacional e pela prática das principais virtudes do estado clerical, como a castidade, a piedade, a caridade para com o próximo, o zelo do altar, a cultura religiosa e o desapego pelos bens terrenos¹⁵.

A sociedade mineira desenvolveu-se com características peculiares, que a diferenciavam de todas as outras regiões do Brasil, e por isso faz-se necessário saber o que era transmitido na instituição responsável pela formação do clero. A época em questão corresponde ao período das luzes, em que a cultura se relacionava com a política - propiciando aos governantes "de mais luzes" supremacia frente aos menos ilustrados - e a instrução se relacionava com a ordem política interna, na medida em que as artes e indústrias, estabelecendo as relações naturais da sociedade e a boa ordem civil, dando esplendor e sustento aos impérios¹⁶. Portanto, o fato de a sociedade mineira retratar as normas e os valores dessa realidade política, influiu nas suas relações com a instrução.

Assim, por exemplo, a criação e a instalação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte seguiu a orientação do Concílio de Trento que definia o seminário como "viveiro de plantas", local onde havia de germinar, crescer e florir a delicada planta da vocação sacerdotal, no estudo e na piedade, traçando um perfil de padre antes dele ser contaminado pelo mundo. Em Mariana, os alunos do primeiro período do Seminário, seguiam orientação similar às oferecidas nos colégios da Companhia de Jesus; recebiam uma vasta informação cultural, humanística e literária que iria refletir na sua atuação profissional¹⁷. Prova disto foi registrada pelo

(12) Carrato, obr. cit., 107-109.

(13) Estatuto 9 do Seminário de N. S. da Boa Morte, em Trindade, Breve, p. 26.

(14) Estatuto 8, idem, ibidem, p. 26.

(15) Carrato, obr. cit., 111.

(16) Silva, M. Beatriz Nizza da - **Cultura no Brasil colônia**, 82. Petrópolis, Vozes, 82 (História Brasileira, 6).

(17) Trindade, Breve..., 12.

viajante Saint-Hilaire ao salientar que "os homens educados e com certa instrução que habitavam os campos de Sabará e Villa Rica passaram pelo Seminário de Mariana"¹⁸.

Estavam em vigor as normas das "Constituições do Arcebispado da Bahia" que, sem falar em Seminário, prescreviam os estudos, os costumes e os exames dos candidatos às ordens¹⁹ (ver item 3.1, quadro 6). Os que recebiam as "Ordens Menores" ou "primeira tonsura"²⁰ deveriam saber ler e escrever, ter estudado Latim (com suficiência), a Doutrina Cristã e ser capazes de curar almas ou confessar. Para receber a "Ordem de Subdiácono"²¹, o candidato deveria ser examinado em relação aos "mistérios de nossa Fé", da Doutrina Cristã, dos Sacramentos e censuras Eclesiásticas, e, ainda, em Latim, Moral, Reza e Canto. Para a "Ordem de Diácono"²², deveriam ser examinados em Latim, Casos de Consciência, Reza e Canto.

Para receber a maior das quatro ordens - a "Ordem do Sacerdócio" -, o ordinando era submetido a um rigoroso exame em Latim, Moral e Casos de Consciência e de cousas para o ofício de pároco, em Reza e em Canto, e, por fim, depois de ter recebido a Ordem, seria observado em Cerimônias, para se lhe dar licença de dizer missa nova²³. A banca examinadora era composta por três "pessoas de autoridade, letras, experiência e inteireza", escolhidas diretamente pelo Arcebispo²⁴.

O Estatuto do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, de 1760, segue as normas da Reforma dos Estudos menores de 1750, ou seja, das "Instruções para os professores ordenados e mandadas publicar por El-Rey Nosso Senhor para o uso das Escolas novamente fundadas em seus Reinos e Domínios"²⁵. A reforma dos estudos prescrevia aos clérigos dos seminários que estudassem a Sagrada Escritura, os Dogmas, a Disciplina Moral e Evangélica, a Liturgia, a Catequese, a História Eclesiástica, os Lugares Teológicos e as Instituições Canônicas²⁶.

(18) Saint-Hilaire, obr. cit., 151.

(19) Vide, Sebastião Monteiro da - **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo, Typ. de Antônio Louzada Antunes, 1853.

(20) Id. ibid., Título L.

(21) Id. ibid., Título LI, nº 215.

(22) Id. ibid., Título LI, nº 216.

(23) Id. ibid., Título LI, nº 217.

(24) Id. ibid. Título LII, nº 219.

(25) Andrade, A. A. Banha de - **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**, 109. São Paulo, Saraiva, 1978. Ver também Estatutos do Seminário de N. S. da Boa Morte, nº 3.

(26) Carrato, obr. cit., 105-106.

Constavam do currículo do Seminário disciplinas como Gramática, Filosofia e Teologia moral²⁷. Ensinava-se, assim, de forma simplificada, Teologia ou Teologia Dogmática, também conhecida como Doutrina Cristã e Mistérios de Nossa Fé, Moral ou Casos de Consciência, Reza e Liturgia, Canto e Cerimônias ou administração dos Sacramentos. Isso demonstra que a intenção do fundador do Seminário priorizava o recrutamento do seu clero, sem prejuízo do estudo público oferecido aos jovens leigos que não precisavam mais serem enviados para o Rio de Janeiro ou Bahia, e dos interessados em preparar-se para os cursos de Coimbra²⁸.

No Seminário de Mariana era necessário "ter estudado o Latim com suficiência"²⁹ para que o candidato recebesse as Ordens Menores. O objetivo era dar condições para que o aluno compreendesse a linguagem científica, bem como servir de "ponte" entre o saber e a expressão. O estudo para os tonsurados resumia-se em interpretar, em português, textos do Catecismo Romano ou Tridentino - um dos poucos livros adotados e referidos com alguma certeza pelos estudiosos, além das Constituições, do **Rituale**, o **Breviarium** e o **Missale Romanum**³⁰.

A prática pedagógica em vigor no Seminário requeria uma complexidade gradativa, à medida em que o aluno ia mudando de classe. Assim, quando este aluno passava a ter um bom domínio da Língua Latina, começava a estudar Retórica. Essa disciplina oferecia-lhe condições para o "bem falar", podendo utilizar adequadamente os termos e ordenar o pensamento, facilitando, dessa forma, sua comunicação pastoral.

A Filosofia era estudada como ciência introdutória à teologia, por ser um instrumento dialético de defesa da fé e da religião. No Seminário essa disciplina era estudada em dois anos, sendo dividida em Filosofia Moral e Filosofia Racional. O texto adotado era o **Institutiones Logicae et Metaphysicae**, do jesuíta alemão Segismundo Storchenau, publicado em 1771. Em Mariana, o compêndio de Antônio Genovesi, também conhecido como Antônio Genuense, foi o manual básico para os estudos de Filosofia Racional. Na disciplina Filosofia Moral utilizava-se, principalmente, o compêndio de Collet e de outros autores clássicos³¹. O Canto era disciplina imprescindível para os exames da Ordem, pois estava ligado à Liturgia, sendo uma forma de louvar a Deus. Aprendiam-se as notas musicais, os compassos, composição e harmonia.

Faz-se necessário destacar a importância dos estudos comparativos dos Estatutos dos Seminários de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Olinda e de São

(27) Trindade, **Breve noticia...**, 11; **Arquidiocese...**, 766.

(28) Carrato, obr. cit., 106.

(29) Vide, S. M. da - **Constituições...**, Título I

(30) Carrato, obr. cit., 111.

(31) Trindade, **Breve...**, 34.

Paulo, que, apesar da pouca diferença de datas de implantação, receberam influência das idéias de seus respectivos períodos e da conjuntura sócio-econômica em que estavam inseridos. Entre esses estudos, salientam-se os de CARRATO, SILVA, CAMELLO e TRINDADE, já mencionados ao longo desta pesquisa, que analisaram as disciplinas ministradas nesses seminários e suas leituras básicas.

Pode-se deduzir, pelos estudos acima mencionados, que os currículos adotados no Seminário de Olinda e no de Caraça têm pontos de ligação, isto é, sofreram influências do pombalismo que pretendia introduzir e estimular o estudo das ciências experimentais, sem prejudicar os estudos das ciências jurídicas e teológicas. A Igreja católica, que durante séculos cuidou da formação da juventude, participa dessas iniciativas sobretudo após 1740, com o Papa Bento XIV, homem sábio e protetor das ciências. Pombal não se incompatibilizou com a Igreja, mas reformou o ensino das Humanidades, que era adotado também pelos Seminários.

Dentre os mestres do Seminário, Carrato destaca "os retóricos e latinistas Pe. Antonio Rodrigues Dantas, autor de uma **Sintaxe**, ainda estudada em Mariana no início deste século, e Pe. Dr. Pascoal Bernardino Lopes de Matos cujo testemunho de seu discípulo, Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, louva-o como ótimo gramático e latino, excelente retórico e orador"³². Anteriormente mencionado, o jesuíta Pe. José Nogueira, nos primeiros anos, dava aulas de Teologia Moral. Nos decênios seguintes, são citados o Cônego Luís Vieira da Silva, o Pe. Manuel Joaquim Ribeiro, o Dr. Francisco de Paula Meireles e, ainda, o Pe. Lopes de Matos³³. A presença de professores que deixaram a Companhia de Jesus, como Pascoal B. Lopes de Matos e outros, pode suscitar dúvidas sobre a adaptação do Regimento do Seminário às normas oficiais da reforma dos estudos contida nas Instruções...

O ensino ministrado no Seminário, voltado para a formação clerical, no entanto, não consegue evitar o fluxo de estudantes rumo ao continente europeu, à procura de escola superior comprometida com as mudanças pedagógicas e científicas que ocorriam na metrópole e em outras partes da Europa ocidental.

Morais demonstra que os estudantes mineiros matriculados em Coimbra, no século XVIII, perfazem um total de 347, só superado pelos 572 baianos e 445 cariocas e fluminenses³⁴. No ano de 1750, o número de candidatos mineiros ultrapassa os das outras regiões, mantendo-se em primeiro lugar durante todo o decênio. Esse fluxo passa a decair gradativamente a partir de 1788. Holanda

(32) Carrato, *As Minas Gerais e os primórdios do Caraca*, 111. São Paulo, Editora Nacional, 1963 ("Brasília", v. 317).

(33) Carrato, *A Igreja...*, 111 e 169.

(34) Moraes, Francisco - *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*. Coimbra, 1949.

estabelece um paralelo entre a variação de matrículas de alunos procedentes de Minas Gerais na Universidade de Coimbra e as flutuações da produção aurífera da capitania³⁵. O déficit no rendimento do quinto - 1757-1758 - coincide com a queda do número de matrículas.

As crises na produção do ouro não só repercutiram nas atividades da capitania, como também nas condições de vida dos moradores e nos recursos necessários para sustentar os estudos dos filhos ou protegidos na Europa. Nota-se, além da diminuição do fluxo de alunos, uma mudança nas opções por cursos. Até essa época, a formação acadêmica era basicamente humanista. Com a reforma pombalina, há uma tendência para os "estudos científicos", direcionando a procura para os estudos mais pragmáticos e imediatistas. De regresso à sua pátria, esses alunos procuravam estudar a geografia e explorar o potencial natural do seu território. Essa renovação estimulou o estudo das ciências experimentais, deixando em segundo plano as ciências jurídicas e teológicas³⁶.

O novo clero, formado no Seminário de Mariana, marca uma época religiosa diferente da que até então era conhecida nas Minas, pois que estava isento de vários vícios que talharam o clero da primeira metade do século. Por isso, o mesmo encontrava-se em melhores condições de obter êxito na sua função de plasmar a alma cristã do povo mineiro. As condições acima descritas foram favorecidas à medida em que o ciclo aurífero entrava em decadência gerando, de um lado, o afastamento do clero de atividades materiais alheias a sua profissão, e de outro, um empobrecimento coletivo da Capitania.

Apesar das dificuldades, a fundação do Seminário de Mariana foi um marco importante na história da educação em Minas Gerais colonial, especialmente quanto ao seu alto nível. A obra de Dom Frei Manuel, penosamente construída, passa por inúmeras dificuldades após a sua morte chegando a ser fechado por várias vezes. Observa-se, pois, a sua decadência afetada pelas ausências dos bispos nomeados depois de Dom Frei Manuel. Vários fatores interferiram para que isto ocorresse. Nos períodos de Sé vaga, a administração do Seminário ficou a cargo de procuradores que não souberam gerir o seu patrimônio, acrescido do fato da diminuição das costumeiras contribuições da sociedade mineira, cuja séria crise financeira por que passava, acabou enfraquecendo os seus cofres. As dificuldades foram de tal monta que a instituição não teve condições de manter seus professores e o seu patrimônio. A ausência de autoridade refletiu, ainda, no campo educativo e formador daquela geração de padres.

(35) Holanda, Sérgio Buarque de - **Hist. geral da civilização brasileira**, vol. 2, 302-307. 5ª ed., São Paulo, Difel, 1982.

(36) Boschi, Caio C. - **A Universidade de Coimbra e a formação das elites mineiras coloniais**. "Estudos Históricos", v. 4. Rio de Janeiro, 1991, pp. 106-107.

Pode ser esta a razão pelo qual o edital de Dom Frei Cipriano, de 1798, convocando para o Seminário os candidatos ao sacerdócio, precisou ser renovado por duas vezes e, mesmo assim, sem chegar a grandes resultados. O Cônego Trindade relata que, de 1806 a 1811, ainda havia seminaristas, mas logo esses escassearam, conservando-se o seminário aberto apenas para os ordenandos que ali vinham fazer os exercícios espirituais³⁷. Relata, ainda, que em 1816 o Seminário estava fechado e a Câmara de Mariana solicitava então a D. João VI o estabelecimento de um Colégio de Artes e Disciplinas Eclesiásticas.

Entretanto, o número de **ordenandos** que passou pelo Seminário no período abrangido por esta pesquisa não foi insignificante. A maioria coincide com os primeiros anos de sua instalação, o que não poderia ser diferente, já que nos últimos períodos da baliza cronológica do presente trabalho, equipara-se com a época em que o mesmo foi freqüentado apenas por alguns seminaristas e depois fechado.

Os seminários fundados com o objetivo de formar o clero secular, contribuíram não só para elevar o nível da cultura religiosa no Brasil, mas também para formar sacerdotes, além de padres-mestres e capelães que transmitiram o seu espírito e a sua cultura àqueles que, depois da expulsão dos jesuítas, se tornaram os principais responsáveis pela educação dos jovens brasileiros.

(37) Trindade, R. - *Breve...*, p. 31.

FEDERALISMO E REVOLUÇÃO: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Não é fácil elaborar-se uma síntese que tente analisar, dada a complexidade da história brasileira, os avanços e recuos do federalismo, bem assim, o que teriam sido as nossas "revoluções"¹. Todavia, abraçamos este desafio, sobretudo levando em conta a oportunidade que ora se nos apresenta, neste significativo Evento onde o Estado do Paraná se propôs discutir a Revolução Federalista no ano de seu Centenário.

O primeiro momento desta dificuldade já se coloca pelo fato de até hoje ainda lutarmos pelo estabelecimento, organização e pleno funcionamento da democracia em nosso país, considerando as mudanças estruturais pelas quais o Brasil vem passando ao longo de sua história.

Na verdade, a unidade brasileira iniciou-se às vésperas da Independência, quando o Rio de Janeiro começou a exercer sua função de centro político da nação. A idéia separatista irrompeu em várias oportunidades, mas logo ia se desfazendo, na medida em que o provincialismo era derrotado. Foi tão somente com a Maioridade que se realizou totalmente a aspiração de unidade, apesar das perturbações da ordem havidas no período.

O que queremos deixar patente é que nunca houve uma evolução uniforme de desenvolvimento, pois fatores históricos, geográficos e econômicos conspiraram contra as igualdades regionais. Aliás, se tivesse vigorado a tendência normal da América, o Brasil teria tido também uma série de repúblicas autônomas. Todavia, a exceção imperial forçou o sentido da unificação.

(1) Levando-se em conta que os ritmos históricos não são uniformes e que neles se alternam períodos de relativa estabilidade com momentos de ativação da vida político-social, e rápidas mudanças que acabam por alterar as relações sociais, esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, com suas decorrentes transformações, é o que chamamos de REVOLUÇÃO. Por isso mesmo, a dificuldade de encontrarmos revoluções ao longo do processo histórico brasileiro; tivemos, pois, mais insurreições, motins, quarteladas, movimentos de rebeldia, do que revoluções.

Adveio, daí, o caráter local, em muitas de nossas chamadas revoluções, a expressão, antes, de um sentimento de espírito provinciano, como reação ao espírito local, contra a tendência do sentido unificador. Ao levantarmos as insurreições havidas, por exemplo, desde a chegada de D. João VI até a república em 1889, notaremos que elas foram diminutas, apesar de haverem ocorrido num período de predominância das idéias federalistas.

Por isso cremos ser difícil a análise das revoluções brasileiras, desde que as queiramos tomar como base de argumentação, mesmo porque suas origens foram as mais variadas e o olhar que para elas possamos voltar, esbarram sempre segundo as simpatias de seus inspiradores, ou melhor dizendo, dentro da ideologia dominante. Por outro lado, o federalismo pretendendo libertar o homem das forças que o oprimiam, forças essas que foram despertadas e provocadas como decorrências do desenvolvimento capitalista e tecnológico, encontrou ambiente propício para florescer, uma vez que procurava ofertar ao indivíduo condições de poder viver e usufruir dessa liberdade, além de lhe propiciar a almejada segurança.

Levando em conta a análise feita por Pierre Duclos, o federalismo deve ultrapassar o debate entre centralização e descentralização, desde que consideremos que "em regime federal não se pode falar nem em centralização, nem em descentralização, uma vez que a autonomia dos elementos federados não é absolutamente nascida de uma concessão do Estado, mas surge de um Poder que lhe é próprio, que lhe pertence por uma forma primitiva, e cuja existência condiciona e legitima o Poder exercido pela federação sobre o conjunto de seus membros"².

Ainda nesta mesma ótica, constatamos que o federalismo ultrapassa o debate entre o liberalismo e o socialismo, transformando em instituição o antagonismo entre o indivíduo e o grupo. Com isso, a posição contemporânea do debate da questão federalista, sobretudo sob a proposta da formulação francesa, segue um caminho que em muito se distancia da maneira brasileira de discutir tal problemática, mesmo porque, hoje, o ideal federalista não é mais aquele exagerado "amor" ao bem-comum provincial que, na verdade, foi bastante hostil para com os municípios, mas toma caminho para uma proposta municipalista, reconhecendo a cidade como a substância política real (já que a cidade existe por si mesma).

Desta maneira, é mantida a parte autônoma do todo, muito embora mister se faça notar, que - dada a hibridização cultural e social do país, onde as situações contraditórias existentes, e onde os velhos grupos dirigentes coloniais que acabaram por levar o país à Independência quando se uniram a elementos da Corte

(2) DUCLOS, Pierre. *L'evolution des rapports politiques depuis 1750*. Paris, s/e, 1950, p. 234 e seguintes.

Portuguesa, corroborando para que a unidade fosse iniciada, exista ainda a coexistência de dois elementos contraditórios: um, importado dos países ibéricos, com seu viés centralizador e monárquico, e, outro, copiando a descentralização do federalismo americano.

Assim, o viés centralizador e o descentralizador se contrapõem ao longo de nossa história federativa, acompanhando os avanços e recuos do sistema político, bem assim da progressão e regressão democráticas. Com isso estamos dizendo que, em determinados momentos temos uma acentuada ênfase à unidade central e, em outros, às unidades periféricas do Estado Nacional.

Nessa linha de raciocínio, constatamos que o federalismo no Brasil tem funcionado como uma combinação regionalista sustentada por pactos políticos. Isto posto, o Império Brasileiro, centralizador, era fundamentado num ajuste patrimonialista, onde o espaço público e o privado garantiam as localidades; com a República, notoriamente na República Velha, a "política dos governadores", implantada por Campos Sales, representou uma aparente descentralização do poder, muito embora, fosse uma forma de manter íntegro o poder central, à semelhança do papel exercido pelo Poder Moderador durante o Império.

É bem verdade que à época Imperial era frágil a nitidez ideológica dos partidos políticos brasileiros, podendo mesmo ser considerados como apêndices do Império. Eram fechados em si mesmos, sem laços concretos com a sociedade. Dessa maneira fica-nos evidente o porquê do Partido Republicano haver saído deste regime e conseguido canalizar boa parte da insatisfação vigente.

Acentuava-se o caráter contraditório de nosso liberalismo e também entre liberdade e igualdade, o que nos leva a afirmar que no Brasil a atitude liberal não representou um conjunto orgânico de princípios, da mesma maneira que, historicamente, seus indivíduos não se associaram para formar o Império, mas sim, reuniram-se em torno do Príncipe na luta pela Independência, o que, em certa medida, nos explica o fato das províncias se manterem associadas numa federação.

Por isso, parece-nos muito feliz a afirmação de Rui Barbosa³ quando dizia que no Brasil "tivemos União antes de ter Estados; tivemos o todo antes das partes; a reunião das crises reunidas..."

Todavia, considerando o pensamento de outro estadista brasileiro - Joaquim Nabuco - que chegou a propor, em 1885, a "federação monárquica" para o país, acreditando que a federação completaria o trabalho da abolição, revitalizaria a monarquia, fortaleceria o Partido Liberal, ao mesmo tempo que não permitiria o centralismo, mas, garantiria a autonomia às províncias, a unidade e a independência

(3) BARBOSA, Rui. Obras Completas. v. XVIII, 1890, tomo I. "A Constituição de 1891". Rio de Janeiro, Ed. do Ministério da Educação e Saúde, 1949, p. XV e 146.

do todo, podemos entender a história de grande parte das rebeldias ocorridas no Brasil, como a luta entre as províncias e o centro. Isto nos leva a crer que o federalismo no Brasil teve que enfrentar a mesma situação do liberalismo, ou seja, igualdade de oportunidades para pessoas desigualmente dotadas.

Desta forma, a política municipal sempre foi contrastante com a política geral do país e dos Estados: no plano federal dominando a "política dos governadores" ou "dos Estados", e, no estadual, florescendo as oligarquias. E, como os Estados variavam de população, de eleitorado, os mais populosos garantiam a situação. Advém daí a preponderância de São Paulo e Minas Gerais, marcadamente, até os anos 1930.

Nessa contextura, em cada Estado o Governador dirigia toda a política, levando em conta o poder dos chefes locais, com expressiva força eleitora, o que permitiu a rotatividade dos homens na política municipal, deixando com que os cargos fossem preenchidos por meio de um processo de cooptação.

Desde a implantação do regime republicano no país, tornaram-se manifestas as hostilidades aos partidos políticos e a situação de inferioridade do exército frente às polícias estaduais que forneciam os principais contingentes às insurreições que iam ocorrendo cá e lá. Com isso, tomando como referência as ponderações de João Camilo de Oliveira Torres⁴, concordamos que no Brasil "houve um Exército Nacional e duas dezenas de Exércitos Estaduais", o que facilitou as lutas para conquista do poder. E, se a República no geral foi instalada nos Estados pacificamente, logo depois, há um processo violento onde o plano estadual e o federal se influenciam, e onde os problemas locais, o apoio federal, os conclusos, explicam as revoltas havidas até o governo de Prudente de Moraes, quando a "política dos governadores" consolidou uma situação que, de fato, já estava alicerçada.

Nesse sentido, retomando o pensamento de Tavares Bastos⁵, podemos entender o porquê de haver postulado governos provinciais, com a finalidade de que a federação trouxesse a descentralização, a afirmação das "repúblicas locais", pois via na república provincial, um caminho para o fortalecimento das instituições brasileiras, e uma fórmula também de não haver preocupações com a descentralização. Por outro lado, não poupou críticas ao governo pela "indiferença e desleixo no fomento do progresso nacional".

E a prática constatou que, apesar dos percalços, foi possível manter a unidade nacional, não obstante as condições econômicas e a organização política orientadas para a separação, já que todo o poder político estava concentrado em

(4) TORRES, João Camilo de Oliveira, **A formação do federalismo no Brasil**. São Paulo, Nacional, 1961, p. 238 (Col. Brasiliana, v. 308).

(5) TAVARES BASTOS, A. C. **A Província**. São Paulo, Nacional, 1937, p. 296.

mãos dos Presidentes de Estados, enquanto que o Governo Federal, sobretudo a partir 1930, apenas dispunha para manter a autoridade em todo o território, do exército e do telégrafo, aliás, único meio de comunicação imediata no primeiro quartel deste século, o que bem demonstra nossa timidez cultural.

Não podemos esquecer que a rápida expansão cafeeira, o aumento do comércio de exportação, os novos centros urbanos e sociais, modificaram aquela sociedade, favorecendo o surgimento do colonato e da proletarização. E, muito embora fosse essa sociedade ainda conservadora, a modernização arrastou consigo a velha estrutura monárquica, sendo o Estado então obrigado a adaptar-se às novas forças emergentes, apesar da República não representar uma alteração profunda para o país, pois, de fato, não havia como isso acontecer. Simplesmente aceitou a reforma não-democrática do Estado, tentando adequar-se à nova realidade econômico-social.

Apesar de tudo, o Estado se modernizava, mas, os principais problemas políticos existentes desde a Monarquia não foram resolvidos; embora tivéssemos uma República federativa e democrático-representativa, não existia a federação e, os partidos políticos, por sua vez, não funcionavam como agentes reais de representação.

Por estarem os republicanos muito divididos, o que facilitou a ascensão de sua ala moderada, moderna, mas conservadora, identificada com a burguesia agrária paulista, não foi difícil obter até a subordinação das Forças Armadas. E o sistema, formalmente civil, era apoiado no mandonismo local e em práticas clientelistas e autoritárias⁶.

Como decorrência dessa estrutura, o grande paradoxo da Velha República: para salvar a tão decantada integridade do país, os sagazes políticos de São Paulo e Minas Gerais acabaram por abolir o regime democrático, adotando o candidato único. E como dizia João Barbalho⁷, a Constituição Republicana, fruto também de nossa elite, acabou por reduzir a União "ao estritamente necessário para viver".

Apesar da aspiração federalista haver ajudado a minar o Império Brasileiro, até porque era uma reivindicação da maioria de nossa aristocracia rural das províncias, em decorrência da enorme distância do poder central e da própria dissociação da economia nacional, ao lado, da preponderância cada vez maior do café, embora a tendência republicana já estivesse alojada no país, outros interesses

(6) Sobre o assunto consultar, entre outros: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975; CARONE, Edgard. **A Primeira República**. São Paulo, Difel, 1969 e, do mesmo Autor: **A República Velha** (Evolução Política). São Paulo, Difel, 1971.

(7) BARBALHO, João. **Anais da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro, Impr. Nac., 1905, 10.

entraram em cena: reivindicações mais imediatistas, que passavam pelas enormes dificuldades econômicas da sociedade, o que provocou movimentos de rebeldia sem caracterização definida e sem a preocupação de serem republicanos ou não. Essa desorientação acabou por agregar, praticamente, todos os republicanos, o que favoreceu a consolidação da República, de um Estado hipertrofiado, mal organizado, além do fortalecimento do poder local e do prosseguimento do liberal-conservadorismo.

E houve casos, só para exemplificarmos, como o Rio Grande do Sul, onde as tendências federalistas surgiram com maior intensidade que em qualquer outra região do Brasil, apesar de ser um federalismo um tanto vago, e que não definiu suas características (qual seria o modelo: norte-americano - que é o mais provável, por ser o mais divulgado no país - o suíço ou o alemão?). Daí, e fica nossa sugestão, o interesse do estudo desses movimentos, dos quais o de 93/94 é um dos mais significativos, mas, que sejam feitos também do ponto de vista doutrinário, e não apenas político (no sentido de interesses pessoais ou de grupos), para que não prossigam as dificuldades, já oriundas da própria ausência de um consenso referente ao sentido correto dos termos “federação, federalismo” e seus derivados, e possamos, de fato, compreender as manifestações federalistas e/ou federativas e de rebeldias havidas ao longo de nossa história. Assim, analisando-se racionalmente a questão, estaremos abrindo caminho para novas propostas sócio-políticas em nossa contemporaneidade.

O Estado Novo, com seu pacto corporativo engendrado por Getúlio Vargas, exemplo de autoritarismo e afirmação do poder central, fez com que o Estado assumisse uma característica nacional-desenvolvimentista como elemento de modernização do país.

A partir do 1945, com a redemocratização, embora fôssemos ainda um estado nacional-desenvolvimentista, tivemos um novo federalismo a presidir o país, projetando e até executando programas grandiosos de modernização e desenvolvimento, corrigindo insuficiências regionais e apoiando, até certo ponto, a consolidação democrática. Todavia, o governo federal continuava pobre, favorecendo que o novo federalismo fosse apenas uma expectativa em relação às reais necessidades do país.

Tivemos, não por muito tempo, momentos de descentralização, para, em 1964, ser imposto um pacto neo-patrimonialista, com poder centralizado e perda da participação dos agentes federativos, o que acabou alijando a sociedade desta gestão autoritária.

Estamos agora, em busca de uma nova ordem política que fundamente um novo pacto federativo, que, parece-nos, deve levar em consideração e reforçar o poder local naquilo que lhe é devido, ou seja, na maior sensibilidade às questões sociais, no sentido de maior facilidade à mobilização da cidadania, na seleção das prioridades e no controle social.

LÉLIO COLUCCINI: O ESCULTOR DE CAMPINAS

Duílio BATTISTONI FILHO

Apesar de ser considerada "a prima pobre" da arquitetura e pintura, a escultura, ao final do século XIX, na Europa, ganha novas forças, uma revitalização, dentro de uma nova ordem de natureza radical, graças aos avanços culturais e científicos, fruto das transformações tecnológicas da época.

Embora atrasada, a escultura brasileira começa a se destacar nas primeiras três décadas do atual século, através da obra de Rodolfo Bernadelli, professor de escultura e diretor da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Campinas como grande centro cultural, não poderia estar alheia a este momento artístico, quando surge a figura de Lélío Coluccini (1910-1983) escultor dos mais respeitados. Natural de Valdecastello, Itália, chegou ao Brasil com apenas um ano de idade, residindo com sua família em São Paulo e, posteriormente, em Campinas, onde seu pai fundou a marmoraria "Irmãos Coluccini". Na "Loja Independente" o garoto teve suas primeiras lições de desenho e, aos 8 anos de idade, fez seu primeiro trabalho em gesso a que deu o nome de "Ecce Homo". Seu pai, entusiasmado com a crítica em torno desta obra, resolve mandá-lo de volta a Itália para iniciar os estudos de arte, matriculando-o na Regia Scuola Professionale em Pietrasanta, ganhando com apenas 16 anos de idade, seu primeiro prêmio. Coursou também a Academia de Artes de Carrara, recebendo sábios ensinamentos de mestres atilados como: Antonio Bolzzano e Tommazi Leoni. Diplomado com louvor, recebeu a medalha de ouro e o prêmio "Viagem a Roma".

Retornando ao Brasil em 1931, Lélío passa a trabalhar com seu pai na oficina de marmoraria e, em 1936, realiza sua primeira exposição em Campinas, no Centro de Ciências, Letras e Artes, em comemoração ao primeiro centenário de nascimento do maestro Carlos Gomes.

A partir de então, participa ativamente da vida artística de Campinas. Foi professor de escultura na escola Gabrielle D'Annunzio, do Instituto Cultural Italo-Brasileiro e no Centro de Ciências, Letras e Artes, ensinando os seus alunos a modelar o barro e o gesso.

Em 1961 recebeu o título de "Cidadão Campineiro" pelos serviços prestados à arte campineira. Em 1962 fez grandiosa exposição que contava com 43 trabalhos, no Teatro Municipal Carlos Gomes e, dois anos mais tarde, receberia o diploma da Ordem dos Cavaleiros Honorários de Campinas, juntamente com o troféu Carlos Gomes.

Sua atividade artística foi pródiga de 1936 a 1970. Foi o grande escultor neoclássico da cidade com uma técnica bastante delicada, baseada numa sincera dominação dos elementos figurativos. Sofreu influências realistas de Auguste Rodin e enveredou-se também para o moderno, mantendo uma linha de absoluta independência, daí o seu enorme ecletismo.

Podemos notar na obra de Lélío, as figuras longilíneas, o movimento, o místico, o poder da síntese, os surpreendentes flagrantes das expressões, o ritmo, como suas principais características.

Artista consciente, capaz de manipular com facilidade e criatividade diversos materiais, ele é autor de muitos monumentos, bustos e esculturas. Em Campinas, dentre seus inúmeros trabalhos, podemos destacar, em pontos estratégicos da cidade, feitas por um coração aberto e fraterno, o monumento às Andorinhas, em frente ao Museu de Arte Contemporânea "José Pancetti", e o monumento comemorativo do Bicentenário de Campinas, no Largo das Andorinhas.

Lélío era caladão, taciturno, intimista, mas uma personalidade dinâmica e estava sempre entregue à tarefa de atender aos seus impulsos implacáveis de criador, esteta e realizador. Deixou também obras em São José do Rio Preto, Piracicaba, Belo Horizonte, Araraquara, para citar algumas cidades.

Sua obra não se restringiu apenas às esculturas e monumentos. Dedicou o seu tempo à pesquisa da arte, como asseveram seus ex-alunos Olquídio Lopes Bardney e Maria Aparecida Bueno de Melo, hoje professores do curso de Educação Artística da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Faleceu o artista na vizinha cidade de Itapira onde se achava hospitalizado, e foi sepultado em Campinas.

Entre tantos depoimentos dados sobre o artista e seu trabalho, é justo destacar o de seu grande amigo e companheiro de arte, Aldo Cardarelli: "Em Lélío Coluccini, como homem e sonhador, destaco o apurmo de caráter e a verticalidade da consciência, um artista devotado à intangibilidade de sua arte como o brilho da inteligência aliado aos sentimentos nobres do coração".

MÚSICA NO TEMPO DA COLÔNIA*

Vasco MARIZ

Os conhecimentos de que dispomos ainda hoje sobre as atividades musicais no Brasil colonial são muito incompletos. Prevalecem vazios enormes de várias décadas que dão margem a especulações por vezes bastante mirabolantes. Já se pode concluir aproximadamente, porém, quais as atividades mais frequentes e os atores principais. A qualidade dessa música era bastante modesta. Muito inferior ao que ocorria em várias capitais da América Espanhola. Em Lima, na cidade do México e mesmo em Sucre, Bolívia, fazia-se música de melhor qualidade. A música, naquele tempo, dependia das organizações eclesiásticas, que no Brasil foram menos eficientes e mais pobres do que no Peru ou no México. Ademais, a música era uma arma poderosa para a catequese. A conversão de indígenas provenientes de civilizações sofisticadas como os incas, aztecas e maias exigiu dos espanhóis esforços muito superiores aos que foram suficientes para os portugueses desenvolverem junto aos nossos insipientes silvícolas.

Nos dois primeiros séculos de colonização portuguesa, a música que se fez no Brasil estava diretamente vinculada à Igreja e à catequese. Os franciscanos e sobretudo os jesuítas desempenham papel importante, a partir de meados do século XVI. Em 1559, Francisco de Vaccas era o responsável pela música na catedral da Bahia e o cargo de mestre-de-capela no Brasil se estendia também às matrizes vizinhas. Esses músicos eram professores, dirigiam o coro, escreviam música e cantavam-na, além de tocarem vários instrumentos. Os mestres-de-capela funcionavam também como empresários de atividades musicais, organizavam os programas, escolhiam os intérpretes e mantinham virtual monopólio musical em sua respectiva jurisdição.

Mas os jesuítas utilizaram a música sobretudo como instrumento de conversão dos gentios. Escreviam "autos" em português e em língua local, ensinavam as crianças indígenas a cantar, a dançar, a tocar flauta, gaitas, tambores, viola e até cravo. Esses pequenos episódios dramáticos incorporavam vários tipos de música disponível, de origem ibérica e medieval. Consta até que existiam, nas aldeias já

(*) Capítulo do livro "História da música no Brasil", a ser publicado brevemente.

civilizadas, pequenas escolas de música para os filhos dos índios, cuja musicalidade era louvada pelos cronistas da época. Na Bahia, em 1578, os sacerdotes já formavam os primeiros "mestres-de-artes" instruídos a tocar instrumentos e em canto coral. Seu repertório era circunscrito ao cantochão e ao gênero de música renascentista, sobretudo portuguesa. Essa hábil política dos jesuítas facilitava sobremaneira a catequese, e obviamente uma civilização de nível tão baixo como a de nosso indígena teria de soçobrar ante uma influência tão poderosa quanto a européia. Ocorreu então o que já se chamou, apropriadamente, de "deculturação" da música indígena brasileira.

Entretanto, esse aporte ameríndio à música brasileira foi muito modesto, em comparação com a vultosa contribuição africana. As levas sucessivas de escravos negros que vieram da África iriam desempenhar um papel importantíssimo na história da música colonial no Brasil. Cabe porém frisar de início que a simbiose do folclore musical africano com a avassaladora bagagem cultural européia foi muito lenta e quase imperceptível, nos primeiros séculos de colonização. Tudo o que era de origem escrava era desprezado e a progressiva ascensão dos mulatos na sociedade brasileira em nada beneficiou a aceitação do populário africano. Pelo contrário, o mulato no Brasil timbrava por ignorar qualquer traço que o pudesse vincular ao continente de origem. Aliás verifiquei pessoalmente fenômeno semelhante em país andino: o mestiço, ou mesmo, o índio residente na cidade rejeita vivamente as tradições rurais de seus irmãos vermelhos, na sua ânsia de ser aceito pela comunidade branca. No Brasil, a riquíssima contribuição africana para a música brasileira só explodiu após a abolição da escravatura. Esse aporte cultural, embora reprimido e contido havia dois séculos, vinha sendo alimentado regularmente pelas sucessivas levas de novos escravos, que só terminaram em 1850.

Dizia que o papel do negro e sobretudo do mulato era importante porque cedo os indígenas se tornaram esquivos e se retiraram para regiões remotas do Brasil. O escravo e seus descendentes cada vez mais claros se tornaram em breve os personagens mais significativos no terreno da música, uma vez que ainda naquele tempo o músico era nivelado aos criados ou empregados. Ademais, a musicalidade inata do africano o destinava a ser o intérprete ideal e, oportunamente, também o criador da música que se fazia então no Brasil. Os padres e os ricos importavam música escrita e instrumentos de Portugal e da Europa. O francês Laval, que visitou a Bahia em 1610, conta de um ricaço que "possuía uma banda de música de trinta figuras, todos negros escravos, cujo regente era um francês provençal". Os conjuntos de "chameleiros" de Pernambuco estão registrados em nossas crônicas do século XVIII, com muitos louvores à habilidade interpretativa dos negros músicos, que aliás eram, por vezes, luxuosamente vestidos por seus amos como prova de sua abastança. Até no Pará havia orquestra de doze músicos.

A música no período colonial portanto, permaneceu essencialmente européia apesar de quase exclusivamente interpretada por mulatos ou negros. As atividades musicais foram de maior vulto na Bahia e em Olinda, embora não se deva menosprezar o que ocorria no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Maranhão e Pará. Novas pesquisas recém-publicadas demonstram a vitalidade da música naquelas capitanias, embora - frisemos sempre - dentro da natural modéstia imposta pelas condições de vida na Colônia. No século XVII, porém, começam a surgir as irmandades de música, sendo a mais importante a de Santa Cecília, cuja sede estava em Lisboa, e que funcionava como uma espécie de sindicato de músicos. Algumas delas eram integradas exclusivamente por pretos e as vemos funcionar na Bahia, Pernambuco e em Minas Gerais. Somente os sócios da irmandade podiam fazer música e já se disse até que os improvisadores eram passíveis da pena de prisão. Pequenas orquestras e corais foram organizados e desenvolviam intensa atividade em festas de todo o gênero, inclusive militares. Pesquisas recentes fixam em 250 o número de músicos em atividade em Ouro Preto, no período áureo da mineração (em Diamantina teriam sido 150), e mais de mil foram relacionados no século XVIII na Capitania. Falta pesquisar melhor na Bahia.

Como não poderia deixar de ser, as igrejas e residências de ricos urbanos ou de fazendeiros se fizeram pequenas para tanta atividade musical e foram construídas salas de concreto, às quais foi dado o nome pomposo de "casas-de-ópera". O repertório deixava de ter influência medieval e adotava modelos napolitanos da "ópera buffa", tão em voga na Lisboa setecentista. Aliás o termo "opera" abrangia tanto comédias quanto dramas e até verdadeiras óperas, com variada quantidade de música entremeadas. Surge então Antonio José da Silva (1705-1739), cognominado "o Judeu", que alcançou grande sucesso em Lisboa. Adaptava trechos de óperas, minuetos, fandangos, contradanças, modinhas e até lundus. Suas comédias de costumes continham cenas faladas, declamadas ou recitadas, às quais se seguiam árias, duetos, coros e danças. Luiz Heitor as compara à *Beggar's Opera*, aliás contemporânea. Os temas eram por vezes mitológicos. Foi sobretudo poeta e libretista, bom arranjador.

Antonio José nascera no Rio de Janeiro e obteve enorme êxito em Portugal com seu teatro mordaz, o que lhe valeu as iras da Inquisição. Foi degolado e queimado como punição. Mas sua popularidade continuou e chegou até os primeiros anos do Império. Há provas de que, no Rio e na Bahia, suas peças eram encenadas com freqüência. As mais populares foram: **Vida do Grande Dom Quixote de la Mancha** e **do Gordo Sancho Pança** (1733), **Esopaida** (1734), **Os Encantos de Medéia** (1735), **Anfitrião** (1736), **Labirinto de Creta** (1736), **Guerras do Alecrim e Manjerona** (1737)), **As Variedades de Proteu** (1737) e **Precipício de Faetonte** (1738).

Na Bahia vemos surgir em 1729 o Teatro da Câmara Municipal e depois a Casa da Ópera da Praia (1760). Sabemos que nesse ano foram encenadas três óperas: **Alessandro nelle Indie**, **Artaserse** e **Didone Abandonata**. Ainda no período colonial foram construídos mais três teatros na Bahia: a Casa da Ópera, o Teatro Guadalupe e o Teatro São João, o último dos quais existiu até 1922 quando se incendiou. Numerosas casas-de-ópera, ou teatros, existiram no período colonial no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belém e Porto Alegre. O primeiro teatro carioca data de 1767. O teatro de Manuel Luís, depois Teatro Régio, foi louvado pelo viajante francês Bougainville como "une salle assez belle". Sucedeu-o pouco depois outro teatro na Praça do Carmo, perto do palácio dos Vice-Reis (hoje Paço Imperial), onde foram encenadas óperas de Cimarosa, entre outros. Em 1770 cantava-se em São Paulo uma ópera de Caldara e, em 1790, em Corunbá, encenou-se a ópera Ezio in Roma, com os papéis femininos representados por homens, o que aliás era tradição na época. Só mui raramente as mulheres (neste caso mulatas) subiam em cena.

O primeiro manuscrito importante de autoria de brasileiro, hoje na biblioteca central da Universidade de São Paulo, é o **Recitativo e Ária** atribuído ao mestre-de-capela de Salvador, Caetano de Mello Jesus, e datado de 2 de julho de 1759. Curt Lange considera o Padre Caetano como "o maior teórico das Américas". Escrito para soprano, dois violinos e baixo contínuo, em estilo italiano da época, apresenta razoável equilíbrio entre a solista e o acompanhamento de cordas. A descoberta foi de Régis Duprat, mas parece óbvio que o interesse da obra é sobretudo histórico. Em Pernambuco, salientamos as pesquisas feitas pelo padre Jaime Diniz, em 1967, que revelou a existência de um mestre-de-capela em Olinda, em 1564. Destaca ele três compositores cujos nomes valeria reter: Inácio Ribeiro Nóia (Recife, 1688-1773), Luís Alvares Pinto (Recife, 1719-1789) e Joaquim Bernardo Mendonça Ribeiro Pinto (Ceará, meados do século XVIII - Recife, 1834). Do primeiro deles nada restou, mas era considerado "excelente músico e tangedor de todo gênero de instrumentos". **Alvares Pinto**, talvez o mais significativo, estudou em Lisboa, e escreveu um tratado intitulado *Arte de Solfejar*, cujo manuscrito está na Biblioteca Nacional de Lisboa. Foi mestre-de-capela da igreja de São Pedro dos Clérigos, no Recife (1782), e fundador da Irmandade de Santa Cecília dos Músicos (1787), que tinha 37 membros. Restam dele um **Te Deum** e um **Salve, Regina**, o primeiro para quatro vozes mistas e baixo contínuo e o segundo para três vozes mistas, dois violinos e baixo. Era mulato e foi militar, poeta e autor de uma comédia encenada com sucesso na Casa-de-ópera do Recife. Joaquim Bernardo teve intensa atuação como mes-tre-de-capela, compositor e empresário de uma companhia lírica no Recife. Nada resta, porém, de sua lavra.

As atividades musicais no Rio de Janeiro eram modestas, antes de se tornar a capital do Vice-Reinado, embora já tivesse dois teatros e a atuação das irmandades. A chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, deu um impulso extraordinário à cidade, mas disso falaremos em outro capítulo. Em São Paulo, a vinda do lisboeta André da Silva Gomes (1752-1844) estimulou a vida musical. Em 1790 já se dizia que na Sé de São Paulo se fazia música pouco inferior à dos maiores templos de Lisboa. Ali se tocou, a Missa (Kyrie e Gloria, apenas) a oito vozes e instrumentos, de Silva Gomes. Parece claro, no entanto, que naquela época ainda faltava a São Paulo a abundância de músicos e cantores que pululavam em Vila Rica, Arraial do Tejuco, São João del-Rei, Mariana, Sabará e São José del-Rei.

Por descoberta recente do compositor e pianista Amaral Vieira, foi encontrado o **Tratado de Contraponto e Composição**, de André da Silva Gomes, o qual se achava em poder da sr^a Ana Maria Lobo, sobrinha neta do compositor paulista Elias Alvares Lobo. O manuscrito tem data de 1830 e possui 149 páginas, discorrendo o autor em forma didática e clara sobre assuntos contrapontísticos. Regis Duprat considera precioso elemento para melhor avaliar o estilo polifônico de Silva Gomes. Elias Alvares Lobo teria recebido o Tratado das mãos de Jerônimo Pinto Araújo, mestre de capela de Itu cidade natal de Elias.

Chegamos, então, a Minas Gerais, que constitui o ponto mais alto da música da época colonial no Brasil. Obviamente, o fator econômico foi preponderante: sem a enorme riqueza proveniente da mineração do ouro e diamante não seria possível reunir a plêiade de músicos, arquitetos, escultores e escritores que vieram para Minas Gerais, nem haver criado condições propícias para o desabrochar de artistas do porte do Aleijadinho. Isso nos obriga de imediato a sublinhar mui claramente que, apesar do notável surto musical na região mineira, ainda não foi possível encontrar prova de existência de nenhum compositor do mesmo excepcional nível artístico do Aleijadinho. Muito se tem falado e debatido sobre os compositores erroneamente ditos "barrocos", mas se eles certamente são dignos de toda a atenção, estudo, divulgação e respeito, nem por isso se deve agigantar sua significação. A pesquisa e a publicidade dada a esses músicos mineiros tem sido obra entusiasta do musicólogo teuto-uruguaio Francisco Curt Lange, cuja tenacidade e competência reconstituiu numerosos originais, sempre incompletos, que teve a fortuna de encontrar em suas repetidas pesquisas.

Não sou estranho ao êxito dessas pesquisas, pois foi, em parte, graças à recomendação minha ao Ministro Clóvis Salgado que o governo brasileiro as financiou. Depois, o Brasil obteve apoio da UNESCO para que Lange pudesse prosseguir, em 1956, suas pesquisas nos arquivos de Minas Gerais, iniciadas em 1944. As partituras ou partes musicais encontradas pelo musicólogo alemão e por ele restauradas (dizem alguns) com Rodolfo Kubik e Victor Tevah, podem ser

comparadas a quadros ou painéis modestos, de interesse sobretudo histórico, emoldurados brilhantemente por hábil restaurador. No debate que surgiu após sua divulgação, nos anos 50 e 60, sempre defendi Curt Lange e dei auxílio a seus esforços de divulgação na Europa e nos EUA das obras encontradas e restauradas. O respeitável crítico musical Andrade Muricy e outros musicógrafos entabularam viva polêmica com o musicólogo alemão, colocando em dúvida a autenticidade das obras encontradas. O leitor e o ouvinte leigo podem ouvi-las em diversas gravações nacionais e estrangeiras e é difícil não admirar as qualidades intrínsecas e belo efeito de várias obras daquele período. Minha conclusão é que, mesmo aceitando considerar exagerada a restauração feita ou presidida por Curt Lange, essas peças possuem alto valor histórico e bastante mérito estético, sobretudo levando em conta o tremendo isolamento do resto do mundo musical europeu, em que viviam os compositores e os músicos de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII. O brasileiro deve orgulhar-se dos músicos mineiros, sem entretanto querer compará-los a seus contemporâneos europeus que lhes serviam de modelo: Haydn, Mozart, Boccherini, Pleyel ou Domênico Scarlatti (que aliás viveu algum tempo em Lisboa).

Mas creio que devemos escrutinizar um pouco mais a questão da autenticidade das partituras ditas "barrocas" mineiras. Para começar, não havia partituras, ou melhor, nenhuma partitura foi encontrada por Curt Lange. Conta ele, na Revista Musical Chilena, que na época havia o costume de escrever diretamente as partes para vozes e instrumentos, de acordo com a antiga tradição, sem partitura. Por isso o musicólogo alemão julgou indispensável confeccionar partituras com o material existente, tanto mais que as cópias encontradas nem sempre coincidiam, em virtude dos erros dos copistas da época. Raros são os originais ou cópias contemporâneas dos autores. Ademais cópias posteriores contêm omissões ou supressões expressas, feitas propositadamente à medida que mudava a moda musical na região, no decorrer do século XIX. Houve também acréscimo de novos instrumentos que passaram a estar disponíveis, o que deu a algumas dessas obras um caráter muito diferente do que se buscava nas igrejas do século XVIII.

Lange esclarece que seu trabalho não foi de revisão de uma partitura segundo o original existente, mas sim uma verdadeira reconstituição ou recuperação das partes para vozes ou instrumentos, de acordo com o seu passado longínquo. Procurou sempre respeitar os tempi, marcando-os com as indicações metronômicas que cada movimento exige. Salaria ainda a tendência nessas cópias para acelerar os tempi e o hábito de manter a sonoridade apenas em dois planos, forte e piano. Seja como for, a responsabilidade que Lange tomou foi enorme e sempre haverá opinião divergente sobre seu notável, mas arriscado trabalho. Finalmente explica ele que jamais restaurou obra em que faltavam partes importantes, tais como a vocal ou do primeiro violino. Reescreveu as partes das trompas, da viola ou do baixo e, quando faltava o baixo instrumental, só o fez quando no material achado se tinha a impressão

de que podia ter sido escrito pelo autor. Julga ele que em Vila Rica era suprimido o contínuo quando não se contava com órgão, ou quando o autor considerava desnecessária a presença do instrumento. Com esses comentários e pré-avisos em mente podemos então avizinhar-nos daquele mundo admirável que foi o meio musical em Minas Gerais, sobretudo na segunda metade do século XVIII.

A princípio não havia músicos autóctones e se acredita com bastante segurança que eles vieram em grande parte do Nordeste, isto é, da Bahia e de Pernambuco, uma vez que o Rio de Janeiro e São Paulo eram ainda cidades muito pequenas e modestas. Quase todos eram mulatos e os padres-músicos foram poucos, uma vez que a construção de conventos estava proibida pela coroa portuguesa, a fim de evitar o contrabando de ouro e de diamantes. Porém os "seculares" atendiam às igrejas que eram construídas. Estavam organizados em irmandades, das quais as mais importantes foram sobretudo a de Santa Cecília, e as do Santíssimo Sacramento, das Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco, e a de São José dos Homens Pardos. O Aleijadinho fez parte desta última. A Ordem do Carmo era a mais aristocrática. Convém lembrar que existiam irmandades de pretos, mulatos e brancos. Forneciam música mediante contratos com as igrejas ou prefeituras e tinham também arquivos musicais bastante ricos. Eram músicos independentes que levavam consigo as partes de música para os concertos e depois as traziam de volta para casa ou para o arquivo da Irmandade. Alguns dos diretores de conjuntos musicais, ou compositores, tinham escolas em sua própria casa, onde formavam os meninos. Eram verdadeiros conservatórios, onde viviam os alunos, se alimentavam e recebiam aulas de música, latim e outras matérias essenciais.

Esses diretores de conjuntos ou regentes, nome que se aplica até hoje no Brasil ao chefe de orquestra, tinham muitas responsabilidades, eram bem pagos e muitos deles chegaram a gozar de bastante conforto, vivendo em casas espaçosas e sendo proprietários de escravos. Os alunos aprendiam o órgão (a princípio importados da Europa, mas depois construídos in loco com madeira de lei, mais resistente ao clima tropical), baixo, violino, violoncelo, viola, clarim, fagote, oboé, trompa e clarinete. A prática da música militar deu ao Brasil colonial o amor pelos instrumentos de sopro, preferência que ainda se encontra hoje nos pavoados mais remotos do país. De Portugal chegavam tratados de cantochão, órgão, cravo, violino e contraponto, além de música de todo o tipo proveniente de vários países da Europa. As encomendas levavam ano e meio para serem recebidas. Curioso é que a música napolitana, de tanta voga em Lisboa, parece não haver impressionado no Brasil, pois em Minas Gerais o repertório encontrado é virtualmente todo no estilo pré-clássico homofônico, apesar do ambiente arquitetônico estar sendo construído com inspiração barroca. Lange aponta fenômeno curioso: não teria havido influências diretas deste ou daquele compositor europeu, mas uma assimilação tão completa do material recebido que tudo parece espontâneo. Embora os músicos mineiros interpretassem

música de câmara européia, os compositores se dedicavam quase exclusivamente à música sacra ou litúrgica. Os tipos mais comuns eram de coros mistos a quatro vozes, com acompanhamento orquestral de dois violinos, viola, baixo, trompas e madeiras. O uso do baixo contínuo não era obrigatório, como já observei, e os coros duplos aparecem com menos frequência, como contraponto delineado em favor da homofonia.

Chegou a dizer-se que, nas últimas décadas do século XVIII, havia mais músicos em Minas Gerais do que em Portugal, onde aliás se fazia música abundante, sobretudo de estilo napolitano. Mesmo que isso constitua um exagero era notável a participação da música na vida cotidiana mineira de então, não só nas igrejas como em outros tipos de festas sociais e militares. Fazia-se música em casa, não raro integrada por pessoas da família, completadas por um ou mais escravos, ou mulatos, que sabiam tocar instrumentos. Havia trios, quartetos, quintetos, etc. que ilustravam os saraus elegantes, ou saíam os músicos pelas ruas, em noites enluaradas, a fazer serenatas românticas, hábito a que ainda assisti nos anos 50 em Ouro Preto. Os concertos ou audições eram feitos mediante contratos. E os compositores de então conheciam perfeitamente a música de câmara européia, embora as encomendas que recebiam fossem sobretudo de música litúrgica. Garante Curt Lange que eles estavam muito familiarizados com as cantatas, sonatas e rondós. Escreviam com muita facilidade melódica e faziam modulações surpreendentes com contraponto fluido. Demonstravam também bom conhecimento do latim e da liturgia. Os professores da Arte da Música se apresentavam em concerto muito bem trajados e com perucas.

Pensar que todo esse fenômeno extraordinário ocorreu em menos de um século, não deixa de causar espanto e admiração. Ao contrário da Bahia e de Pernambuco, que eram essencialmente rurais, Minas Gerais adquiriu logo um aspecto urbano, estreitamente vinculado aos acampamentos originais dos mineradores de ouro e de diamantes. Isso teria sido determinante para a criação de uma espécie de burguesia, cujo isolamento forçou uma auto-suficiência razoável em muitos setores da vida cotidiana. A separação de São Paulo só se deu efetivamente em 1720 e então foi formada a Capitania Geral das Minas Gerais, com capital em Vila Rica, só elevada à categoria de vila dez anos antes.

Podemos situar três centros regionais significativos: Vila Rica, com os povoados vizinhos de Mariana e Sabará, depois tão importante também musicalmente. Outro grupo era constituído por São José del-Rei (hoje Tiradentes), e mais longe Congonhas do Campo, a meio caminho já de Vila Rica. Finalmente, o Arraial do Tejuco, nossa Diamantina, centro importantíssimo do chamado Distrito dos Diamantes, de onde ninguém podia sair sem severa fiscalização da Coroa. Estávamos em 1728 e as casas de adobe ou pau-a-pique transformavam-se rapidamente em

espaçosas moradias; as capelinhas toscas se derrubavam para se erguerem imponentes igrejas ricamente decoradas, onde se fazia música organizada pelas irmandades tão eficientes. Em Vila Rica chegou a construir-se vistosa casa-de-ópera, que ainda hoje existe em estado razoável. Em 1956, no 1º Festival de Arte de Ouro Preto, fizemos lá encenar a **Medéia**, de Eurípidés. Na Casa dos Contos, Cecília Meireles leu-nos trechos do seu **Cançãoiro da Inconfidência**. Uma emoção.

Mas voltemos ao isolamento do Arraial do Tejuco, a seis meses de viagem do Rio de Janeiro. Lá perto nasceu José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, o maior músico mineiro do século XVIII. De origem humilde, mulato, ficaria depois conhecido por Emerico, nome estranho na região, uma possível corruptela de "Emerich", do alemão, e talvez com vinculação a oficiais alemães que estiveram em Minas Gerais a contrato dos portugueses. Curt Lange lhe atribui sangue judeu em virtude de seus dois últimos sobrenomes, mas a especulação não se baseia em nada de concreto. Seguindo esse critério, milhões de brasileiros seriam cristãos novos... Geraldo Dutra de Moraes informa que era "filho natural do português Joseph Lobo de Mesquita e de sua escrava Joaquina Emerenciana (daí pode provir o Emerich).

Teve por professor de música e latim o Padre Dantas, mestre-de-capela da matriz de N. S. da Conceição do Serro. Durante vinte anos exerceu a profissão de músico no arraial do Tejuco, como organista da matriz de Santo Antônio, regente da orquestra na igreja do Carmo, atuando eventualmente na Capela das Mercês dos Pretos, de cuja confraria fazia parte. Foi alferes do Terço de Cavalaria dos Pardos, além de professor de música e contraponto. Transferiu-se para Vila Rica, em companhia de sua inesparável escrava Tereza Ferreira". Teria nascido a 12 de outubro de 1746, na Vila do Príncipe do Serro do Frio.

Pouco se sabe de sua vida, além de que viveu no Tejuco até 1798, quando teria passado dois anos em Vila Rica e de lá se trasladado para o Rio de Janeiro. Faleceu em 1805 na capital do Vice-Reinado. O que nos interessa porém é o período de Diamantina, o mais fecundo e importante. Curt Lange julga que escreveu mais de trezentas obras, das quais sobreviveram apenas quarenta, entre as mutiladas e completas. Organista exímio, a maioria de sua obra não sobreviveu porque, com a decadência do órgão em Minas Gerais no século XIX, não havia interesse em se copiar e reproduzir peças que não podiam ser tocadas. Aliás, quando se fala em órgão, deve-se esclarecer que o instrumento servia apenas para acompanhar e não era usado como solistas para interlúdios.

Impressiona muito a relação de "regentes" em atividade somente no Arraial do Tejuco, no último quartel do século XVIII: nada menos de dez, o que representaria um mínimo de 120 músicos em atividade permanente. Além deles, Lange cita ainda três padres organistas e muitos cantores. Emerico foi o grande organista da Ordem Terceira do Carmo e lá foi substituído por uma mulher, cega

aliás, Ana Maria dos Santos Mártires. Mas Emerico desenvolvia considerável atividade: tocava também na matriz de Santo Antônio e tudo indica que tinha uma escola de música na própria casa.

O período de apogeu artístico em Minas Gerais parece haver sido entre 1787 e 1790. Depois começou a decadência em consequência do paulatino esgotamento das riquezas minerais e dos problemas políticos que são do conhecimento de todos. Era o começo do fim do profissionalismo musical. Os músicos começavam a emigrar do Tejuco para Vila Rica, de Vila Rica para o Rio ou São Paulo. Foi essa crise financeira que deve ter impellido Emerico para o mar. Em Vila Rica ele tocou na mesma igreja onde trabalharam os outros dois melhores músicos de sua geração: Gomes da Rocha e Souza Lobo. No Rio de Janeiro, deve ter-se surpreendido com a modéstia da vida musical, que só se animaria depois da chegada de D. João VI, em 1808. Por bem pouco Emerico teria participado do fausto da Corte portuguesa. É provável que ele tenha conhecido José Maurício pessoalmente, nos poucos anos que passou no Rio de Janeiro. Foi no Rio organista da Ordem do Carmo.

Antes de comentar mais diretamente as obras desses compositores mineiros, urge especular, uma vez mais, sobre o tipo de música que faziam. Por que não inseriam eles em sua obra, já tão sofisticada, alguns caracteres da terra brasileira, daquela natureza pujante que os cercava, do populário regional das tradições indígenas ou africanas, sobretudo negras, que corriam no seu sangue em proporção nada pequena? Não posso deixar de recordar os grandes pintores e escultores da escola quitenha, no Equador, também no século XVIII. Índios puros, artistas extraordinários, que trabalhavam como artesãos de Salamanca ou de Ávila! Os páramos dos Andes, a civilização inca, as tradições indígenas nada representavam para eles, criados artificialmente pelos padres espanhóis e italianos como artistas europeus. O índio Caspicára, escultor insigne, representa fenômeno de aculturação semelhante ao de Emerico e seus colegas, e rivaliza com o Aleijadinho. Rejeitaram inconscientemente o seu sangue, só pelo fato de que não eram brancos. A arte era para eles uma escada para sua ascensão na sociedade local.

José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, no entender de Curt Lange, possuía uma técnica expressiva e avançada para sua época, bem como notável versatilidade de temperamento artístico. Seu estilo oscila entre Pergolesi e Mozart, embora evidencie influência instrumental vinda da Itália. Suas obras manifestam uma invenção melódica muito rica, senso de forma, completa identificação com a mensagem do texto litúrgico e grande habilidade na arte da modulação. Saliento entre seus trabalhos a Antífona de Nossa Senhora (Salve Regina), de 1787, uma Ladainha in honorem Beatae Marie Virginis, Missa em mi-bemol (ou Missa Grande), o Tercis (1783) Missa em fá, Ofertório de Nossa Senhora (Benedicta et venerabilis es), Te Deum n° 1,4 Tractus para Sabado Santo (1783) etc. Seu estilo,

de um modo geral e sóbrio e utiliza com frequência acordes simples com funções freqüentes de tônica, dominante e subdominante. O Salve Regina e a Missa em mi-bemol constituem bons exemplos de música concertante homofônica. São também freqüentes as árias da capo. Tudo indica que ele escrevia as partes avulsas de cada músico, embora tenha sido encontrada apenas uma partitura dele. No entender de Clêofe Person de Mattos, tinha até "sentido de mineiridade". A FUNARTE, editou o Tercis.

Três outros compositores da região merecem uma citação mais pormenorizada. O primeiro deles é Marcos Coelho Neto, nascido em Vila Rica em 1740, onde faleceu em 1806, portanto perfeitamente contemporâneo de Emerico. Foi compositor, regente e trompista e teve um filho, também trompista, com quem às vezes surgem confusões. Pouco se sabe a seu respeito, mas de sua obra restou um hino **Maria Mater Gratiae** para coro a quatro vozes, três missas e três ladainhas. Olivier Toni restaurou uma delas para trompas.

Francisco Gomes da Rocha foi membro da Irmandade de São José dos Homens Pardos em 1768 e teria sido amigo de Emerico, a quem sucedeu como regente na Ordem Terceira do Carmo, em 1800. Era também timbaleiro no regimento de dragões. Teria escrito mais de duzentas obras, segundo Curt Lange, que o considera "portentoso". As restantes são a **Novenas de Nossa Senhora do Pilar**, a quatro vozes (1789), **Spiritus Domini** para dois coros mistos e orquestra (1785), **Popule Meus** a quatro vozes e **Cum Descendentibus in Lacum** para Sexta-feira da Paixão. Gérard Béhague louva Gomes da Rocha como o autor que assimilou com maior pureza o estilo clássico, tanto no tratamento coral quanto no acompanhamento instrumental. Morreu em 1808 em Vila Rica.

Referência a Ignácio Parreiras Neves, nascido em Vila Rica circa 1736 e lá falecido entre 1790 e 1793. Era compositor e cantor, havendo atuado nas irmandades de Nossa Senhora da Mercê e dos Homens Pardos. Somente duas obras suas chegaram a nossas mãos: um Credo para coro misto e orquestra (1780-85) e um importante Oratório ao Menino Deus para a Noite de Natal (1789), que seu descobridor, Gérard Béhague, considera a única obra coral secular de Minas Gerais. Outras pesquisas e restaurações estão em curso e é provável que os próximos anos tragam mais luz e tomem talvez menos romântico o formoso quadro da música na Capitania Geral das Minas Gerais.

Finalmente, especial menção ao compositor mineiro Manuel Dias d'Oliveira (1745-1813), nascido em Tiradentes e que Olivier Toni considera do mesmo nível artístico de Emerico. Desde 1977, Toni e seus colaboradores da USP vêm realizando valioso trabalho de pesquisa e restauração na cidadezinha de Prados, perto de São João del Rei. Dentre as obras e trechos de Manuel Dias lá encontrados, ressaltam um **Ofício de Defuntos** para coro e órgão, um **Magnificat** e um **Sábado**

Santo de Mamã, de considerável interesse musicológico. Manuel Dias d'Oliveira escrevia habitualmente peças para dois coros e teria elaborado partituras. Curt Lange considera que nem todas as suas obras descobertas são de autoria comprovada. Entretanto, devemos aguardar os resultados das pesquisas em curso, pois o que tem sido encontrado são cópias de originais ou apenas obras a ele atribuídas. Fazendo um paralelo com Emerico, Clêofe P. de Mattos julga que Manuel Dias é mais impetuoso e escrevia com frequência música sobre textos em português. Emerico foi talvez mais cuidadoso, mais mineiro, com acabamento mais aprimorado.

Para terminar, volto a Caetano de Mello Jesus, já mencionado no início deste capítulo, no qual tentei relatar a fascinante história da música e dos músicos coloniais brasileiros. José Maria Neves, que está ultimando um livro a seu respeito, considera o padre Caetano como a figura dominante na música baiana do século XVIII. Aliás, ele é um dos raros brasileiros citados no dicionário biográfico de José Mazza, que o apresenta como autor de muitas obras. As poucas informações que temos sobre o padre Caetano são dadas por ele mesmo, na capa e na introdução ao **Tratado de Escola de Canto de Órgão** (1759-60): nasceu em Salvador, foi padre secular e mestre-de-capela da Sé da Bahia por cerca de 25 anos (1734-60). Robert Stevenson atribuiu a ele o **Recitativo e Aria**. José Maria Neves considera o citado **Tratado** como o melhor produzido em português, com informações preciosas sobre as técnicas composicionais e as bases estéticas da música moderna de então.

"MESTRE" JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES - UM HISTORIADOR NA TRINCHEIRA

José Sebastião WITTER

Leda Boechat Rodrigues e José Octavio de Arruda Mello são co-autores de um livro que traça de forma inteligente a biografia de José Honório Rodrigues. Cada um dos autores estruturou sua parte como se fora um estudo independente, mas conseguiram entrosá-las de tal forma que o conjunto acaba muito harmonioso. Dá ao leitor interessado a possibilidade de acompanhar a trajetória do "historiador combatente" enquanto intelectual e enquanto homem.

Leda, sua companheira por mais de 46 anos traça o perfil daquele jovem atleta, que "remava e por isso tinha ombros avantajados" e gostava de futebol. Era fanático pelo Flamengo. E isto pude testar mais de uma vez, pois eu gostava de provocá-lo quando o Flamengo perdia. A reação não era amena ou "gozadora" mas sim violenta. Não admitia a inferioridade de seu rubro-negro nem quando "tomava de goleada...". Foi azar ou falhas individuais, explicava. Pois bem, esse mesmo homem que falava, discutia e vibrava nas arquibancadas do Maracanã também sabia que esse "jogo de bola" explicava muito do povo brasileiro. Nunca se dispôs a escrever sobre o futebol. Achava que futebol é esporte e lazer e não deve ser preocupação para quem gosta dele. Como ele dizia eu torço e é isso que interessa...

A preocupação de José Honório, no entanto, se voltava para os estudos da história brasileira e um dos seu melhores trabalhos foi, sem dúvida, a **Teoria Geral da História do Brasil**. Sobre este livro, publicado em 1949, aproveito alguns trechos de um excelente estudo feito sobre ele por um outro importante historiador e professor que é Eduardo D'Oliveira França. Diz o Professor França na Revista de História, em 1951 (Vol. III):..."Com capricho e honestidade carrega para o português muito do que de bom existe na bibliografia estrangeira sobre a teoria geral da história, levedando-a com exemplos acertados colhidos na história do Brasil. Embora França cobre do historiador maior arrojado e melhor tratamento de alguns temas que José Honório propõe, não deixa de nomear o que de positivo trazia para o Brasil o já rebelde e combatente historiador que se apresentava ao público para trazer sua mensagem. Deste estudo do Professor Eduardo D'Oliveira França há um

trecho que me parece um dos mais felizes que alguém possa ter escrito. Desde que o li pela primeira vez me encantou e, por minha vida afora, tenho usado em aulas ou em escritos dispersos e não posso deixar, nesta oportunidade, de repetir o que disse mestre França há tantos anos atrás. Ai está ele (um pouco longo mas importante)!... "...No estudo da idéia de História, José Honório Rodrigues repõe ainda uma vez o problema da cientificidade da História. Debate já cansativo. As respostas têm que flutuar conforme a concepção da ciência de cada um.(.....) Se ciência é, por exemplo, conjunto sistemático de leis, a História não é ciência. Se corpo de conhecimentos obtidos através do método científico-experimental, também não. Mas se o que caracteriza a ciência é a preocupação com a realidade, o controle da veracidade das informações, a fidedignidade dos métodos, a intenção de compreender os fatos pelos porquês, então não há negar-se cientificidade à História."

E em seguida, a forma deliciosa de colocar a questão:..."Mas que importa afinal que a História seja ou não ciência? E que todos concordem com isso? Foi o cientificismo do século XIX que pretendeu aristocratizar certos conhecimentos com o epíteto de científicos, como se os demais fossem plebeísmos da cultura. Ciência ou não a História mostra o homem ao homem. Para os historiadores é ciência. É e está acabado. Como se disséssemos: bonita ou feia, leviana ou virtuosa, quero casar com ela. Se V. não gosta, não pense nela. E se não crê, trate de sua vida, que dela me encarrego eu". (p. 117-R. de História-vol. III, 1951.)

Pois bem, acho eu, usando a deixa do prof. França que José Honório casou com a História e manteve um companheirismo fervoroso com Dona Leda, que também cultivou a nossa própria História. Ao ter se casado com a História o Mestre José Honório conseguiu fecundá-la e nos trazer tantas obras do maior valor. Sempre polêmico, sempre combativo, sempre na trincheira de lutas conseguiu o historiador não deixar de escrever e participar das nossas questões historiográficas ao mesmo tempo que administrou tantos órgãos da maior importância. Pois é sobre esse homem-historiador-administrador que os autores reuniram uma série enorme de dados e informações que nos permitem, ainda uma vez, penetrar nesse universo muito especial que foi o mundo de José Honório Rodrigues.

Leda cuida na parte inicial da obra do Homem e sua escrita e da correspondência desse mesmo homem. Estes são os dois capítulos mais alentados que nos colocam de frente com a maneira de ver da autora sobre o escritor que foi a personagem que estuda e depois nos oferece um leque muito interessante dos contatos de José Honório com outros intelectuais e muitos amigos. Vale a pena acompanhar essa trajetória de escritos que cobrem o espaço de tempo entre os anos 40 e os 80 do século vinte. Quantas figuras especiais estão aí lembradas como Stanley Stein, Eurípedes Simões de Paula, Amaro Quintas, padre Serafim Leite,

dentre tantos outros... E essa parte de que Leda se incumbiu termina com uma espécie de balanço dessa correspondência num capítulo que chamou de Lembranças sobre alguns correspondentes e na Conclusão, onde, mais uma vez, o encantamento de José Honório se faz presente e ela pode, em um trecho afirmar com toda propriedade:..."José Honório Rodrigues foi um historiador completo: publicou documentos, como fizera Mommsen, divulgou com a maior competência eruditas publicações oficiais, e era um escritor prolífico que não parava de publicar artigos, livros, conferências, prefácios..."Era, eu diria um historiador incansável..."

Pois bem, José Otavio é autor do segundo estudo que completa a obra, não pode ainda ser comparado ao seu Mestre, mas é seguidor dele se levarmos em conta a sua insaciedade na esfera das publicações. É também irrequieto e como José Honório não para de escrever e publicar artigos, livros, resenhas, prefácios, além de não rejeitar nunca os convites para fazer conferências e participar de congressos. Encantou-se tanto com seu Mestre que fundou e anima, como ninguém, o Grupo José Honório Rodrigues de João Pessoa na Paraíba. Tanto é identificado com os dois que o título de sua parte na obra que escreve a quatro mãos é: **Revisão e Combate no Grupo José Honório Rodrigues** (Notas de Leda Boechat Rodrigues). Quando explica o porquê e como resolveu escrever esta parte do livro afirma:..."Aliás, em dezesseis anos de relacionamento com o mestre da Rua Paul Redfern, havia recolhido artigos, entrevistas, depoimentos, cartas e notas de todo tipo, que logo percebi encontrar-se maduro para estudo representativo de oitenta anos daquele que para muitos, entre os quais me incluo, se converteu no maior historiador brasileiro de todos os tempos..." (p. 141). Como se vê o discípulo é fiel e não pode conceder a tantos outros notáveis historiadores que este país teve e tem o benefício de ser seu professor um dos melhores e exagera a meu ver quando afirma que José Honório foi "o maior historiador brasileiro de todos os tempos". Depois desta explicação continua sua disposição de não deixar o "Mestre" sem a exaltação e a pompa que empresta no seu escrever e acompanha a vida de seu autor preferido desde os seus primeiros estudos sobre a Historiografia brasileira até chegar a influência de José Honório nos estudos de nossa História, onde ocupa lugar de destaque.

Completam o livro notas esclarecedoras em todos os capítulos e um índice remissivo, que facilita a busca de nomes significativos de nossa vida cultural e que mantiveram com José Honório Rodrigues um estreito relacionamento...

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

(Nesta nova seção de nossa publicação pretendemos reproduzir trabalhos de interesse para os estudos históricos publicados originalmente em jornais bem antigos e constantes de nossa coleção de recortes. Pretendíamos denominar esta seção "Vale a pena ler de novo...". Mas, poderíamos ser acusados de plágio de um conhecido programa de televisão que, com frase semelhante, justifica a "reprise" de antigas novelas... Assim, denominamo-la simplesmente "De uma pasta de velhos recortes". Mas, na realidade são páginas que vale a pena serem lidas de novo... Iniciamos nossa seção com uma conferência de Abelardo Vergueiro César proferida em Bauru em 1944 e publicada uma só vez no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 17 de setembro daquele ano, portanto há meio século precisamente. Se algum dos nossos leitores tiver em seus guardados trabalhos dessa natureza e que gostariam de ver novamente divulgados, poremos nossas páginas à sua disposição e agradeceremos a colaboração. ONM)

RUI BARBOSA, MINISTRO DA FAZENDA*

Abelardo Vergueiro CÉSAR

A Rui Barbosa costuma-se conceder tudo, com entusiasmo. Proclamam-lhe a genialidade, o imenso talento oratório, o inexcédível saber jurídico, a vastidão dos conhecimentos enciclopédicos, o manejar inigualável de diversos idiomas. Celebram-lhe as qualidades magníficas de grande escritor, grande entre os grandes

(*) Palestra realizada no Automóvel Clube de Bauru, a 29 de julho de 1944, a convite do Centro Cultural de Bauru. Publicada originalmente no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 17 de setembro do mesmo ano.

da nossa língua. Dão-lhe diversos títulos, dos quais só um bastaria para imortalizar-lhe o nome: Águia de Haia, Apóstolo da Justiça, ou o Estadista da República. Apregoam-lhe a coragem cívica das imorredouras campanhas políticas. Admiram-lhe a cintilação vigorosa das doutrinas de direito público que pregou e que o Supremo Tribunal Federal reconheceu e transformou em jurisprudência criadora. Louvam-lhe a dialética invencível, a finura contundente da sátira e a força empolgante de sua capacidade de polemista. Tudo lhe outorgam, tudo lhe reconhecem. Seu nome, quer enquanto vivo, quer depois de morto, tornou-se sinônimo de tudo quanto é elevado, justo, belo, superior, grandioso.

Mas em assunto de finanças e de política financeira opõem-se-lhe todas as restrições, negam-lhe o saber, apequenam-lhe as aptidões. Estão sempre a relembrar os desastres de sua pretendida calamitosa gestão financeira do governo provisório de 1889. Associam sempre seu nome à idéia de inflação. E quando se fala em queda de câmbio ou se refere à má administração financeira, ressaltam-se logo sua individualidade. E daí, por curiosa e ilógica generalização, começou-se a ver certa incompatibilidade entre a inteligência culta e a prática comercial, entre o estudo da economia e o trato aplicado das coisas monetárias. E continuou-se não só a atacar Rui como Ministro da Fazenda, como a desconhecer-lhe a administração financeira, não querendo ver-se a verdade e recusando-se-lhe mesmo fazer justiça.

Adversários ardorosos e impenitentes, mas nobres, justos e esclarecidos, que tanto combateram a sua gestão financeira, como Ramiro Barcelos e Felisbello Freire, retrataram-se solenemente, pondo em evidência o acerto da orientação de sua política. Competências, do valor científico de Vieira Souto, da capacidade prática de Cincinato Braga e de João Carlos Rodrigues entoam hinos à magnitude de seus planos financeiros.

O Visconde de Ouro Preto, o austero estadista do Império, também grande brasileiro, que soube responder com tanta força de ânimo ao célebre discurso do Padre João Manuel, e soube enfrentar com gallardia o Marechal Floriano Peixoto, nos últimos momentos do Ministério de 7 de junho, quando se extinguiu o Império, o próprio Visconde de Ouro Preto, defendendo-se de ataques de Rui e golpeando-lhe a política, assim se manifesta sobre sua personalidade no tremendo libelo que descarregou sobre a política financeira da República: "Apurar responsabilidades pessoais não é nosso fito; até por estarmos convencidos de que grandes erros eram inevitáveis naquela situação e muito mais funestos seriam eles, talvez, se a pasta da Fazenda caísse em outras mãos".

Não obstante essas nobres retratações e esses pareceres emitidos por autoridades na matéria, ainda persiste renitente a malévola campanha contra Rui, como financista e homem de governo. Por isso, com argúcia, afirmou Brasilio Machado Neto, no seu discurso de posse na presidência da Associação Comercial

de São Paulo, a 10 de fevereiro de 1944, focalizando os males das inflações: "Do pavor que deixou o encilhamento basta dizer que talvez tenha contribuído para que o imenso Rui, increpado de papalista, de emissor, de responsável pela circulação incoercível, pecha de que sempre se defendeu com veemência, não tivesse realizado o seu grande sonho político".

E continuam a aparecer trabalhos sobre Rui, como, entre outros, de Batista Pereira, de Luiz Viana Filho, de João Mangabeira, que escreveu **Rui, o Estadista da República**, poema empolgante, lindo e comovedor. Mas já deviam surgir estudos sobre as concepções financeiras de Rui e sobre a sua política como Ministro da Fazenda do Generalíssimo Deodoro da Fonseca. E isso tanto se faz necessário quanto é o ponto mais alvejado pelos que guerreiam a personalidade do notável brasileiro. Mais do que isso: o grande público endeusa o seu nome e idolatra sua memória, mas acompanhando a tradição, nega-lhe conhecimentos financeiros e atribui-lhe graves erros como Ministro da República.

Radicou-se essa crença injusta e falsa no subconsciente nacional. Quase todo o Brasil pensa assim. Quem duvidar, pode verificá-lo, promovendo inquérito, rápido e sumário, entre diversas pessoas, de estados, condições e idades diferentes. Todos responderão mais ou menos do seguinte modo: "Era um gênio, mas de finança não entende. Ou então por esta forma: "Sabia muito e tinha muito talento, mas por isso mesmo não possuía senso prático para dirigir coisas econômicas". Ou, ainda, por estas palavras: "É o nosso maior orador. Derrotou toda a Conferência de Haia, mas quase arrasou o Brasil como Ministro da Fazenda. Vivía no mundo da lua".

Meus senhores. Nesta palestra não vou estudar toda a gestão ministerial de Rui nem vou analisar-lhe todas as concepções financeiras. Para alcançar esse complexo e honroso objetivo precisaria pronunciar muitas conferências e teria de fazer obra de fôlego, que se acha acima das possibilidades de minhas forças. Vou abordar apenas alguns pontos dos tormentosos 14 meses de sua administração e, ao mesmo tempo, solicitar aos competentes que estudem seus trabalhos, que esclareçam as dúvidas levantadas, que desfaçam acusações infundadas e que demonstrem ao Brasil que Rui Barbosa, financista, se acha à altura do Rui que todos veneramos, pela capacidade excepcional, pelo talento imenso, pela visão penetrante, pelo saber que o levou a erguer-se, isolado e só, contra a iniquidade da histórica condenação de Dreyfus. Nesse momento transbordava-se da sua própria personalidade porque simbolizava o direito que se levantava, a justiça que ressurgia.

Antecedeu à própria França, generosa e imortal, e ao próprio Zola, em apontar o crime de um dos maiores erros judiciários perpetrados no mundo. Esse sacerdote da justiça, cavaleiro andante do direito, que também só e isolado, venceu gigantes em Haia, para defender princípios e pugnar pelos fracos, até hoje ainda não

conseguiu o reconhecimento geral da verdade dos fatos na sua gestão financeira, acórdão da opinião nacional, que cristalinamente não só o não condene como conclame seus reais serviços como Ministro da Fazenda da República em 1889.

E quem pede justiça é Rui Barbosa em pessoa, nos brados imortais de seus discursos de 3 de novembro de 1891, de 12 e 13 de janeiro de 1892, de 18 de dezembro de 1909, pronunciado em Campinas e no "Manifesto à Nação", de 20 de janeiro de 1892. O volume que publica os dois primeiros discursos e o "Manifesto", traz como pórtico invocador de justiça estas palavras: "Apelo do ódio para a verdade - Das facções para a Nação - Da confusão contemporânea para a serenidade luminosa do futuro". No discurso de Campinas, o próprio Rui constituiu a corte de justiça que o há de julgar, exclamando: "Suponhamos em assentada esse tribunal. Eu o vejo transfigurado em vós, e a ele me dirijo".

Justiça a Rui. Iniciemos, pois neste Centro Cultural de Bauru, já benemérito pelas suas realizações e que tanto se anima com o sadio e sereno idealismo do Dr. Ulisses Dória e de seus companheiros, nesta formosa e diligente cidade, capital do Noroeste, iniciemos a jornada de justiça a Rui Barbosa, que também será uma cruzada de reivindicação da verdade, uma jornada cívica e um movimento de propaganda para o debate científico dos assuntos econômicos e financeiros.

Ataque à sua política e à sua pessoa. Não alvejavam só sua política financeira, mas procuravam ferir também sua individualidade. Esforçava-se a malevolência por amarrá-lo à história deturpada de seus 14 meses do Ministério da Fazenda, como quem prende alguém a um pelourinho para ser castigado. Acusaram-no a vida inteira. Não adiantava defender-se e rebater libelos, porque as investidas renasciam e caíam de novo sobre sua pessoa e sobre sua orientação administrativa. Elogiam-no, mas até hoje o responsabilizam por muitos erros.

Seus principais atos. Decreto de 17 de janeiro. O decreto nº 165, de 17 de janeiro de 1890, que organizava bancos de emissões. Dividia o país em três regiões: a do Norte, a do Sul e a do Centro, com um capital total de 450.000:000\$000.

Acompanhava esse decreto longa exposição de motivos. Citando opiniões do Visconde de Cruzeiro e do Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira, demonstrava a inexequibilidade dos bancos de emissão com assento em metal, nas condições econômicas e monetárias em que se encontrava o país. E observava que não obstante ter sido esse o pensamento dominante, inscreveu-se entretanto na lei respectiva, de 24 de novembro de 1888, o princípio da base metálica dos bancos de emissões. E que se autorizou também, nessa mesma lei, a criação de bancos de emissão com fundamento em apólices do Império.

Então neste ponto, pondera J. P. Calógeras no seu vigoroso livro **La politique monétaire du Brésil**, criticando o decreto de 17 de janeiro: "E o dilema

estabelecia-se da maneira seguinte: a emissão de bancos é indispensável; não podendo fazê-la em base de ouro, é preciso aceitar tendo por garantia títulos públicos. E sobre essa estranha concepção da natureza e da função da moeda, o método de garantir uma dívida por outra dívida foi considerada como solução científica do problema da circulação no Brasil".

Note-se entretanto que era pacífica a verificação da necessidade de aumento do meio circulante. Necessidade evidenciada pela determinação dos seguintes fatores: aumento da população, entrada de imigrantes, precisão de numerário para pagar salários destes e dos escravos libertos, surto de empreendimentos materiais. E a 15 de novembro de 1889, o dinheiro que circulava no Brasil montava a 192.800:000\$000.

No seu discurso de Campinas demonstrou Rui que a própria lei de 24 de novembro de 1888 "avaliara em 600.000:000\$000 o meio circulante reclamado pelas nossas necessidades", e também mencionou duas opiniões enunciadas por Lafaiete e seus companheiros signatários do projeto que depois se transformou na lei de 24 de novembro de 1888, dizendo: 1º) que o meio circulante existente era absolutamente insuficiente para o Império; 2º) que os bancos nacionais, ao molde americano, emitindo sobre apólices "ofereceu ao público, às pessoas com as quais entraram em relações, maiores garantias que os bancos metálicos".

Calógeras, na dissecação que infligiu ao decreto de 17 de janeiro, não foi justo para com Rui. Mas também achava serem inexequíveis os bancos com base em ouro. Não negava se impusesse um alargamento do volume monetário nacional. Discordava da idéia de garantirem emissões com títulos públicos, dizendo que é curiosa essa teoria de basear uma dívida em outra, com o fim de melhorar a segurança das emissões.

Mas o tratadista ilustre não indicou solução para o problema. Se S. Ex.^a estivesse em lugar de Rui, que medidas proporia para o aumento de dinheiro na circulação nacional, uma vez que se impunha pela premência de circunstâncias esse alargamento do nosso meio circulante?

Consubstancia o decreto de 17 de janeiro um sistema de altas proporções, nos seus nove artigos. Propunha-se regular operações sobre descontos, câmbio, depósitos, hipotecas com emissão de cédulas hipotecárias, crédito agrícola e industrial. Tratava também de negócios de terras, cuidava de colonização, exploração de minas e ainda de outros assuntos. Estabelecia esse decreto vasto programa para ser realizado em longo tempo. Tanto que concedia 50 anos de prazo para que os novos bancos pudessem agir e tivessem tempo de executar tão extenso plano de trabalho.

Redução de faculdade emissora. Seguia-se o decreto nº 794, de 31 janeiro de 1890, que reduziu o total da faculdade emissora dos novos bancos a

200.000:000\$000. Justificando esta e outras mudanças posteriores na direção da política financeira do governo provisório, escreveu Rui no seu relatório de 1891: "Cada ensaio encerrado foi um progresso, uma facilidade conquistada para o imediato". E mais adiante: "Se variamos rapidamente, foi porque depressa se sucediam as situações se multiplicaram as necessidades, no curso deste ano, em que vivemos muitos anos, e transpusemos uma extensão de desenvolvimento incalculável, que mais tarde se medirá com espanto".

Ouro Preto nas candentes páginas de sua **Década Republicana** fulmina essas variações, dizendo que obedeceram mais à "mobilidade da ventoinha", traduziam mais contradição que evolução. Constituem essas expressões mais represálias da contínua polémica em que se empenharam os dois grandes brasileiros, Ouro Preto e Rui Barbosa, desde que este recusou o convite daquele para fazer parte do Ministério de 7 de junho, que tombou com o Império a 15 de novembro de 1889.

Já antes vinha Rui movendo retumbante campanha jornalística contra o velho regime, tonitroando com os seus artigos no "Diário de Notícias", que depois foram reunidos em dois volumes com o título **Queda do Império**. E o calor da peleja transborda sempre em injustiças. Por isso Rui não podia escapar a essa contingência. Assim, malsinou a medida proposta pelo Ministério Ouro Preto, que obrigava o Governo a não emitir papel moeda durante certo prazo, em contrato celebrado com o Banco do Brasil. Essa era uma medida geralmente usada por toda a parte, em assuntos de relações de bancos de emissões com os governos. E os governos, auto-limitando sua faculdade de emitir, tinham em mira defender-se da inflação e servir melhor o interesse público.

Desse modo, não procedia a increpação ácida de Rui quando acusava o Ministério Ouro Preto de abrir mão de prerrogativas majestáticas do Estado, em proveito de uma instituição comercial como um banco. Mas revelava a personalidade do intemerato baiano, mais uma faceta de formosura moral: sabia voltar atrás e proclamar o próprio erro, quando este se tornava evidente ou ele mesmo o verificava. Por isso, em palavras solenes no Senado, lavrou sentença contra si próprio, exclamando: "Cometi um erro, considerando parcelas da soberania nacional a emissão do papel bancário. Neste ponto, errei naquele tempo e acertei mais tarde, aprendi. Não tenho acanhamento em confessar meus erros". A águia de Haia, entre exemplos que só os eleitos como ele podem oferecer, dá mais esse, de humildade, que todos podemos seguir e imitar.

Mas não tinha razão Ouro Preto em taxar com tanta acrimonia as modificações que Rui imprimia na política financeira. Pois, em ano e pouco explodiram duas revoluções: a de 1888, com a abolição, mais de caráter social; e a de 1889, com a República, mais de caráter político. Vinha Rui não só construir o novo regime como dirigir-lhe as finanças, tendo por isso que ser um criador. Assim

o foi só em parte, pois muito acertadamente procurou pautar sua ação pelas normas que já existiam e esforçou-se por executar leis e reformas empreendidas pelos seus antecessores.

Ouro Preto, no seu libelo que é a **Década Republicana**, lealmente reconhece entretanto as profundas alterações por que passava o Brasil com as duas revoluções, exprimindo-se deste modo: "... é que, na expansão do crédito, no alargamento do comércio e da indústria, manifestados em 18 meses de monarquia sem a escravidão, quase iguais, na frase de S. Ex.^a aos de 768 meses de coexistência da escravidão com o trono, desse movimento operado entre maio de 1888 e novembro de 1889, o que se deve concluir é que muita coisa nele havia devido a causas naturais e econômicas - quais as apontadas - alheios aos artificios da especulação".

Essa é a verdade que Ouro Preto procura demonstrar em outras páginas de seu livro. Assim, a missão de Rui e do governo provisório teria de ser de ensaio, de variação, de caminhar cauteloso, de quem dirige qualquer cousa em meios de fundas transformações, de quem quer orientar-se em agitações de tempestades.

Cobrança de direitos em ouro. Instituiu o decreto nº 391, de 10 de maio de 1890, a cobrança em ouro de direitos sobre importação, que depois se alterou pelo decreto nº 804, de 4 de outubro de 1890. Justificando sua iniciativa, Rui declarava que já em 1867 se recorreu a essa medida. Essa idéia foi muito bem recebida. Entretanto, Leopoldo de Bulhões, competente e sereno, verberando a orientação de Rui, desaprovou-a nestes termos, em discurso de 19 de janeiro de 1891: "Se é certo tudo isso, é também certo, claro, evidente, intuitivo, que em nada aproveita à alta e fixidez do câmbio e à extinção do curso forçado, a cobrança dos direitos em ouro, tão preconizada pelo Sr. Ministro da Fazenda".

Calógeras, que me parece às vezes pouco justo no apreciar a obra financeira de Rui, neste ponto de cobrança de direitos em ouro, louva com entusiasmo o ato que Bulhões incriminou.

Essa medida legal que foi revogada depois que Rui saíu do Ministério, a 20 de janeiro de 1891, teve dramáticos aplausos de Felibelo Freire, que até então tanto hostilizara o primeiro Ministro da Fazenda da República: "O maior crime da história republicana, maior do que esquadra que se levanta contra o supremo depositário da autoridade; e o maior crime foi o ato revogando a importação em ouro, decretado pelo sr. Rui Barbosa".

Vieira Souto, o consumado mestre de economia política da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, anos depois, fazia a apologia do imposto em ouro, lamentando sua supressão e declarando que sua adoção teria livrado o Brasil de graves males.

Sendo Ministro da Fazenda de Campos Sales, o grande Joaquim Murinho, cujo relatório de 1889 é um breviário de ciência econômica e da arte financeira, pela lei nº 581, de 20 de julho de 1899, instituíram-se dois fundos especiais, um para resgate e outro para garantia de papel moeda. Formava-se este também com o restabelecimento do imposto em ouro, tal como Rui lembrara.

Banco da República. O decreto nº 1.154, de 7 de dezembro de 1890, autorizou a fusão do Banco dos Estados Unidos do Brasil com o Banco Nacional do Brasil, sob a denominação de Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, com o objetivo de regular a emissão monetária e prover ao resgate de papel-moeda em circulação. O Ministro da Fazenda fundamentou esse decreto com extensa, erudita e pormenorizada exposição de motivos, que se encontra no relatório de 1891.

Para formular a reforma bancária que consubstancia esse decreto, teve em vista, principalmente, a realização do ideal federativo. E por isso, inspirou-se, preferentemente, na experiência de dois povos, exemplares e profundamente federalistas: a União Americana e a Suíça. Invocou a política de Hamilton, o primeiro ministro do Tesouro, que logo depois da independência de seu país, fundou as finanças americanas, baseando-as na criação de um Banco Nacional. E depois de longo exame da história constitucional e financeira dos Estados Unidos, concluiu Rui a primeira parte de seu trabalho, dizendo que após quase um século de amargas provações, volta a prática americana ao "princípio da unificação nacional da moeda bancária, sob a lei comum da Nação".

Examinava o problema na Suíça e finalizava seu estudo com o seguinte conceito: "Vai portanto vencendo terreno ali a idéia de um banco nacional com o monopólio da emissão". Depois alicerçava seu raciocínio em números, para demonstrar o desenvolvimento excepcional em que se enfrentava o Brasil, que se agigantava, sob o influxo de duas evoluções, a da Abolição e a da República. E então observa: "No longo curso de mais de 60 anos, decorrido até a lei de 13 de maio, o movimento industrial desta praça, representado no capital das sociedades anônimas circunscreve-me à soma de 420.979:000\$000. Nos 18 meses compreendidos entre 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889, as associações do mesmo gênero, constituídas nesta cidade, exprimem um capital de 402.000:000\$000. De 15 de novembro de 1889 a 20 de outubro de 1890 (11 meses), as sociedades formadas nesta capital atingem a importância descomunal de 1.169.386:600\$000".

No discurso de Campinas mostrou que teve de afrontar não período normal, mas época de procelas, produzida por duas revoluções. E clama: "Não é assim, porém, que se há de apreciar os atos de quem teve de se meter com um cataclisma político e social. Nas catástrofes dos Estados, nada pode a vontade do governo contra a suprema lei das necessidades. As revoluções têm de ser sentenciadas segundo o padrão excepcional das revoluções".

Júlio de Castilhos, na sessão da Constituinte de 15 de dezembro, em discurso, estranhou se promulgasse decreto como o de 7 de dezembro, que achava haver ultrapassado as atribuições conferidas ao Governo Provisório. Amaro Cavalcanti, homem público de alta autoridade, em discurso, pronunciou-se contra o monopólio bancário, discordando assim da reforma efetivada pelo decreto de 7 de dezembro.

Responde Rui às discordâncias manifestadas, sustentando seu ponto de vista, da monoemissão, sem ser contraditado nem receber qualquer aparte. Mais tarde, no Senado, na empolgante oração de 12 de janeiro de 1892, defendeu sua reforma e seus pendores pela unificação dos bancos emissores, repetindo este pensamento de Bismarck: "Tenho-me por feliz em não ser desses homens a quem o tempo e a experiência nada ensinam".

Calógeras, no já mencionado livro, agride severamente a reforma empreendida por Rui Barbosa, que se encerrava no decreto de 7 de dezembro. Antigamente, quando analisava a expedição de diversos decretos, feriu fundo a gestão financeira de Rui, com estas expressões: "Não eram tais finanças verdadeiramente sérias. Mas as cousas não pararam aí".

Acho que Calógeras, não obstante sua incontestável capacidade, não apreciou devidamente todo o imenso trabalho de Rui, levando em conta o quadro brasileiro no qual os acontecimentos de desenrolam, atropelados e convulsionados por duas revoluções, e sempre perturbados pela nossa contínua e penosa crise de crescimento. É verdade que em outra parte de seu livro, o eminente estadista mineiro atenuou a dureza de sua crítica, afirmando: "É certo que os planos estabelecidos em 1890 foram modificados na sua execução pelos ministros que sucederam ao sr. Rui Barbosa, e as modificações foram positivamente um desastre".

No "manifesto" insiste Rui sobre sua coerência de sempre ter sido partidário da unidade de emissão bancária: "Nunca advoguei em princípio a liberdade bancária".

Imposto de Renda. No seu relatório trata com mestria de impostos, grafando esse capítulo com o título "Reconstituição tributária", e entra em amplo debate a respeito de impostos sobre a renda, sobre baldios, sobre álcool e fumo.

Quando se ocupa de imposto sobre a renda, aprofunda-se em estudos sobre impostos diretos e indiretos. Louva os trabalhos e a ação de Ouro Preto, que em 1879 ouviu alguns dos nossos homens mais competentes em matéria financeira sobre a conveniência de transportar para o nosso meio esse imposto. Examina o problema sob o aspecto social, político, econômico, financeiro e jurídico. Comprova os seus amplos e seguros conhecimentos da matéria ao mesmo tempo que revela sua preocupação pelas cousas sociais e evidencia seu equilíbrio e audácia, que sabia aliar com tanta perícia, como grande estadista que era.

Não posso mais alongar-me em examinar-lhe os trabalhos. Qualquer deles poderia servir para tema de uma conferência. E eles são muitos.

Opinião de J. F. Normano. J. P. Normano, que concebeu a tão original obra econômica sobre nossa terra, com o título **Brasil: a Study of Economic Types**, para cuja tradução concorri auxiliando os bons amigos que se desempenharam da patriótica tarefa, critica acerbamente a política financeira de Rui. Diz que este foi um "Ministro da Fazenda sem valor" e aplica-lhe o juízo que Sales Torres Homem aplicava à administração financeira de Souza Franco, denominando-a de "Carnaval Financeiro". Se não me engano, parece-me que esta palestra constitui cabal contestação às conclusões de Normano a respeito de nosso primeiro gestor das finanças republicanas.

Opinião de Alcindo Guanabara. Notável jornalista e homem público experimentado, Alcindo Guanabara no livro **A Presidência Campos Sales** também se ocupa com as finanças do governo provisório de 1889. Depois de observar que o primeiro Ministro do Governo provisório se retirou demasiadamente cedo do poder, pondera que àquele primeiro Ministério sucedeu: "... o Ministério organizado pelo sr. Barão de Lucena, que desenvolveu a mais desenfreada reação contra os elementos republicanos que haviam dado a sua responsabilidade à revolução de 15 de novembro. A questão financeira foi então objeto escolhido para as campanhas políticas". Descreve, então, a disputa parlamentar que se acendeu no Congresso sobre limites das emissões monetárias existentes depois da queda do primeiro Ministro do Governo provisório. Além disso queria se cancelar o contrato com o Banco da República para o resgate do papel-moeda. Constituiu-se uma comissão mista para estudar providências que limitassem as emissões existentes. O projeto elaborado foi votado na Câmara, quase por aclamação, por 101 votos contra 36. Na Câmara, sobre o projeto que tinha o nº 222, falaram Serzedelo Correia, Barbosa Lima, Oiticica, J. J. Seabra e Feliciano Pena.

Modo de ver de Amaro Cavalcanti. A 31 de outubro, o projeto já se encontrava em segunda discussão no Senado, rompendo debate Amaro Cavalcanti, um dos nossos homens públicos que mais conheciam finanças e economia. Distingue-se seu discurso pela solidez dos estudos especializados, pelo alto senso e pela fina percepção das condições do nosso meio.

Refutando argumentos do artigo publicado no "Jornal do Brasil", sobre nossas finanças, por Paul Leroy-Beaulieu, afirmava Amaro Cavalcanti que aquele economista de longe, sem maiores conhecimentos de nossas condições peculiares, não podia aventurar-se a querer fixar conclusões definitivas sobre nossa situação monetária. "Ora, pergunto eu ao Senado: entre nós os fatos se dão assim?" E ele próprio responde: "Nós, que fizemos a nossa independência política usando como moeda, do papel de um banco falido; nós que devemos todo o progresso, muito

pouco que temos na ordem econômica, ao papel-moeda, e a ele somente; nós que, habituados com esse meio circulante, damo-lo e recebemo-lo com toda a confiança, em todas as nossas transações como representativo legal dos valores, acaso, temos esse medo suposto do papel-moeda como de uma brasa que queima os dedos que nele tocam? Eis aí, como se aprecia o excesso do papel-moeda no Brasil supondo-se que as cousas se passam aqui, como de longe imaginam".

Abrindo um parêntese. Estudo de Vieira Souto. Peço permissão para abrir aqui um parêntese e mencionar o acatado parecer do professor Vieira Souto, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, exímio conhecedor das cousas econômicas e financeiras e notadamente do nosso meio circulante e câmbio. Compondo seu sólido trabalho **Caixa de Conversão**, o saudoso mestre expende opinião semelhante à de Amaro Cavalcanti sobre o papel-moeda: "... é impossível provar-se que desde a independência do Império houve sequer um dia em que a circulação do País não contasse exclusivamente ou principalmente de papel inconversível. Logo, nem teórica, nem praticamente, nem de direito, nem de fato, se pode contestar que o Brasil sempre tem vivido no regime do curso forçado".

Por isso Rui, que como todo brasileiro, vibrava pelo ideal fecundo do saneamento das nossas finanças e empregava o papel-moeda como contingência inevitável, observou no seu "Manifesto à Nação": "Um dos pecados, de que mais carga me fazem hoje, por exemplo, é o de não acreditar no plano de conversão do meio circulante esboçado pelo Visconde de Ouro Preto, o de negar a possibilidade do regime metálico entre nós, enquanto se não enriquecer de forças produtoras o organismo econômico do País".

E todas as vezes que os nossos estadistas do Império e da República, em históricas e nobres tentativas, animaram-se em tentar estabelecer no Brasil circulação monetária metálica ou baseada em ouro, não tiveram a ventura de ver coroado de êxito os seus patrióticos anseios.

Fechando parêntese. Fechando parêntese continuo no exame do projeto nº 222, que entrou em terceira discussão no Senado. Nesse momento, a 2 de novembro de 1891, com os olhos da imaginação, vejo assomar à tribuna daquela nossa Câmara, enorme cabeça encimando corpo pequeno e franzino. Vai falar. É Rui Barbosa. E começa a orar. Suas palavras, em vez de sons, são uma força espiritual que se forma e ascensiona para o alto, irradiando-se para a toda a parte, dominando o país... Era a primeira vez, depois que abandonara o Ministério, que se lhe oferecia oportunidade para rebater injustiças e demonstrar a improcedência de tanta aleivosia que lhe atiravam, algumas das quais perduram até hoje. E raramente a tribuna parlamentar brasileira liberou-se a tais alturas, como nesse dia memorável.

Em dado momento, estando para terminar a hora regimental, quando parecia que o discurso ia ser interrompido, ergueu-se Saldanha Marinho, com o

enorme prestígio de sua autoridade, exclamando: "Peço prorrogação da hora. Não se pode deixar em meio um discurso dessa ordem". E no fim da portentosa oração de quatro horas, quando Rui declarava que a concluíra, muitos senadores, segundo rezam os anais, exortaram-no: "Não apoiado. Continue". Então Rui a finalizou com as seguintes palavras: "Peço, pois, licença para prosseguir amanhã". Não pôde terminar seu discurso, porque no dia 3 de novembro, o Marechal Deodoro dissolvia o Congresso Nacional. Só conseguiu prosseguir na cintilante peça oratória, no ano seguinte, a 12 e 13 de janeiro de 1892.

Quanto emitiu Rui. Afinal de contas, quanto emitiu Rui, o tremendo papelista, o "pai da emissão"? 105.000:000\$000, como ele mesmo comprovava, transcrevendo o seguinte quadro do Relatório do Ministro Joaquim Murinho, de 1899: Período Araripe-Lucena, 215.972:000\$000; Floriano, 199.727:000\$000; Prudente de Moraes, 107.758:000\$000; Rui 105.000:000\$000. Como se vê, foi justamente no seu período administrativo que menos se emitiu. E mesmo assim, até hoje, entre outros males, ainda se debita em sua conta um dilúvio de papel.

Justiça a Rui. Vou concluir. Nesta síntese que acabei de fazer, levantando espécie de balanço, vejo crescer e avultar a obra de Rui, que, para mim, parece maior ainda que quando iniciei os trabalhos para redigir esta palestra. Só o vi pugnar por bons princípios, só o vi propor medidas úteis. Talvez não tenha acertado em tudo, no dirigir as nossas finanças, em momentos tão difíceis como aqueles, que sofriam as impulsões violentas de duas revoluções. Mas lançou bases de sistemas que não lhe permitiram corporificar e realizar até ao fim.

Doloroso antagonismo, porém, se contrapôs ao paladino extremo: timbraram na destruição da obra iniciada, e obstinaram-se em que ela fosse o avesso dos propósitos que o animavam. A política contrária imposta desnaturou seus empreendimentos e desfigurou seu trabalho. Quem o diz é a afirmação insuspeita de Calógeras, severo demais para com Rui. Quem o declara é a experiência de Alcindo Guanabara, testemunha ocular, e também ator desse drama dos primeiros tempos da República. Por isso, com razão disse Rui na conferência de Campinas: "que, em tudo, se praticou o contrário do estatuído nos atos financeiros de 1890".

Meus senhores. Muito teria ainda a dizer. Para fazê-lo, precisaria pronunciar outras conferências ou mesmo escrever livros. Penso, porém, que consegui demonstrar a grandeza da obra do nosso possante estadista, graças à cintilação da verdade que nela rebrilha, graças à benevolência deste cívico e generoso auditório de Bauru, que me honra com a sua presença. Aos que discordarem de minha palestra, peço novo estudo da gestão financeira do notável brasileiro, dentro do meio e do tempo em que ela se desenvolveu. Solicito que meditem nas seguintes palavras, clamor de consciência, de um dos seus sinceros e violentos adversários, o ardoroso Senador Ramiro Barcelos, quando proclamou com superioridade: "O mal da República foi nós, os históricos, não termos compreendido logo a grandeza de Rui". Meus senhores: façamos a Rui Barbosa, o que ele, por toda a parte, viveu fazendo a todo mundo - Justiça!

MEMÓRIA CAMPINEIRA (50)

O ESPÍRITO DE INICIATIVA EM CAMPINAS (1878)

Campos Sales

A população de Campinas compreendeu desde a sua fundação que a ela própria competia prover a todas as suas necessidades, se quisesse auferir as vantagens e o bem-estar que devia esperar da imensa riqueza que já então presagiava a fertilidade excepcional do seu solo.

Assim, fundada a freguesia em 1773, pode-se dizer que a vida de seus habitantes se acha ligada, por tradições cuidadosamente guardadas em uma cadeia ininterrompida de contínuos atos de extrema virilidade, desde aqueles tempos até a geração atual.

As igrejas, o paço municipal, a cadeia e todas as obras de que necessita o município foram os trabalhos que sucessivamente ocuparam os seus primeiros cuidados, sem que para isso concorresse o erário público, que aliás é tão avaro quando se trata dos legítimos interesses da comunidade, quanto é pródigo toda vez que se lhe acena com alguma urgência de ordem partidária.

Habituarão-se, portanto, estes audazes munícipes a não contar com o governo, e a nada esperar dele. Resolveram-se a cuidar de si. Uma vez tomada esta altiva e nobre resolução, à medida que suas forças se expandiam iam eles, sem hesitar, atirando-se a todos os cometimentos, de que pudessem colher os indispensáveis meios para uma existência fecunda e ativa, compatível com o adiantamento da época, tanto quanto era permitido dentro da esfera municipal.

Os esforços combinados e as vontades congregadas em torno de uma idéia útil, iniciada por quem quer que fosse, produziram sempre os fins desejados. Foi deste modo que se conseguiu ver hoje na cidade de Campinas mais ou menos satisfeitas todas as necessidades públicas, sem que para isso fosse necessário mendigar os regateados e escassos favores da alta administração. A instrução, a religião, a caridade e até os meios de diversão, tudo enfim tem sido proporcionado ao município pelo próprio município. No que respeita aos orçamentos geral e provincial, o seu destino tem sido concorrer muito para a receita e nada para a despesa.

Para comprovar o que deixamos dito apontaremos as obras mais importantes que têm sido feitas pelo esforço da iniciativa particular de 1870 a 1878, visto ser este o período de tempo em que maiores e mais importantes cometimentos se realizaram. Antes disso, porém, abrindo um parêntese, remontaremos a uma data muito anterior para nos referirmos a uma obra que pela sua importância merece ser mencionada.

Em 1847 constituiu-se a sociedade que edificou o **Teatro São Carlos** com o capital de 35:000\$000. Este capital foi obtido por contribuição espontânea e à vontade de cada sócio, sem quantitativo certo e taxado. Contribuíram aqueles que quiseram, em proporção relativa aos seus recursos e sem vistas lucrativas, até mesmo porque naquela época seria absurdo supor-se que o aluguel de um teatro em Campinas pudesse proporcionar lucros. Mas em 1876 essa sociedade reorganizou-se, reformando seus primitivos estatutos sobre bases mais regulares. Para se poder calcular a frequência que ultimamente tem tido o **Teatro São Carlos** bastará saber-se que no dividendo correspondente ao ano de 1877 recebeu cada sócio dez por cento de renda sobre o seu capital. Fechamos aqui o parêntese e voltamos ao período de 1870 a 1878.

1870 - Incorporou-se a sociedade **Club Semanal** com o capital de 26:750\$000 representado por 535 ações de 50\$000. Possui ela uma **bailante**, que fez construir com todas as acomodações e dependências necessárias. Merece especial menção a sua sala principal, vasta, imponente e adornada com apurado gosto. Móveis, ornatos, etc., enfim tudo quanto se faz mister em uma casa desta ordem, ali se encontra apropriado para os bailes, desde os mais modestos até os de maior esplendor.

1872 - Organizou-se a **Companhia Campineira de Iluminação a Gás**, com o capital realizado de 396 contos, representado por 1980 ações de 200\$000. Estas ações ficaram distribuídas somente entre dez fazendeiros e capitalistas do município. Corre a cargo da empresa a iluminação pública da cidade, que consta de 660 lâmpadas. Há também 270 casa iluminadas a gás.

1874 - A 12 de janeiro inaugurou-se o Colégio **Culto à Ciência**, de ensino primário e secundário para o sexo masculino. Este estabelecimento foi fundado e é mantido por uma associação composta de 125 sócios, representando o capital de 86:817\$785 réis, empregado em um edifício especialmente construído para os fins a que é destinado, contendo todos os acessórios necessários.

- A 30 de janeiro do mesmo ano de 1874 inaugurou-se o templo maçônico que a Loj. cap. Independência fez construir. A edificação importou em 18:500\$000 obtidos por ações entre os sócios. A Loja mantém, em uma das salas do seu edifício, uma aula noturna de ensino primário, que é atualmente freqüentada por 125 discípulos. Além do professor que é bem remunerado, a Loja toma a seu cargo

fornecer gratuitamente livros, papel, etc., tudo quanto se torna necessário para o ensino. O quadro compõe-se de 225 irmãos. Na mesma casa funciona também a Loja Regeneração 3ª com 75 irmãos.

1876 - Ficaram concluídas as obras da **casa de misericórdia**, cuja importância eleva-se à avultada soma de 284:267\$000, compreendendo-se a respectiva capela e o asilo das órfãs, que fazem parte do mesmo edifício. O capital foi levantado por subscrições, donativos, legados, etc., avultando entre estes o do finado capitalista Antônio Francisco Guimarães na importância de 138:935\$732. É digno de nota, que tendo sido lançada a primeira pedra do edifício a 19 de novembro de 1871, já no dia 15 de agosto de 1876 se achavam concluídos os trabalhos, que sem dúvida constituem a mais importante casa desta ordem que existe nesta província, sobressaindo as suas vastas proporções e o seu elevado custo. Existem acomodações para 100 doentes pobres, além de diversos quartos reservados e especiais para pessoas de ambos os sexos até o número de 24. No asilo podem ser recolhidas até 60 órfãs.

- Ainda no mesmo ano (1876) ficou concluído e foi entregue à municipalidade o **Lazareto** para variolosos, construído em lugar conveniente e apropriado, fora das raías da cidade, com o produto de uma subscrição popular que atingiu a 21:500\$, preço em que ficou a obra. A casa, edificada segundo as exigências da hygiene, contém acomodações para mais de 50 doentes, e além disso possui as divisões e compartimentos adequados para todo o serviço.

1878 - Fez-se o **hospital para morféticos** com o produto de uma subscrição popular na importância de 15:000\$000. As acomodações convenientemente dispostas dão logares para 30 doentes. O local escolhido é excelente.

- No mesmo ano (1878) inaugurou-se o **Passeio Público** feito por iniciativa de alguns munícipes, que para esse fim obtiveram por subscrição a quantia de 7:590\$510, além de valiosos donativos de plantas, serviços, etc.. O **Passeio** possui, além das árvores de madeira de lei, da província, plantas raras de diversos países e um exemplar de pau-Brasil. No centro construiu-se um quiosque de forma elegante, destinado para botequim. Esta obra foi realizada por uma associação que se constituiu com o capital de 5:000\$000 representado por 100 ações de 50\$000:

- Neste mesmo ano de 1878 fez-se o **Hipódromo Campineiro** por meio de uma associação que se organizou com o capital realizado de 40:000\$000. Idêntica pelos fins a outras que existem no país, tem também igual organização àquelas.

- Ainda em 1878 ficou concluído o hospital da **Sociedade de Beneficência Portuguesa** na importância de 45:000\$000 e com acomodações para

mais de 60 doentes. É um edifício de forma elegante e de sólida construção. A sociedade compõe-se de 347 sócios. Não hesitamos em mencionar aqui esta instituição, não obstante pertencer ela a estrangeiros, não só porque concorreu o auxílio dos nacionais, como principalmente porque é uma obra que honra o município.

(...) Outros fatos existem que realmente revelam o espírito de iniciativa e de associação; deixamos entretanto de mencioná-los, uns por serem de menor importância, e outros porque pela natureza mais geral escapam à esfera propriamente municipal, a que nos temos restringido. Assim é que os capitais de Campinas têm afluído em grande escala para as empresas de estradas de ferro organizadas na província, entre as quais sobressai a Companhia Mogiana, para a qual este município concorreu com quase metade do capital.

Uma outra circunstância que bem merece ser assinalada para que melhor se possa aquilatar o gênio ativo e empreendedor desta população, é que ela nunca se sentiu aliviada do pesadíssimo encargo dos impostos, este terrível flagelo das indústrias. Ao contrário, além da comum contribuição para o tesouro geral e provincial, concorre o município com uma verba superior a 80:000\$000 para o seu orçamento.

E agora seja-nos lícito perguntar: Há por aí algum município que mais tenha feito? Precisamos da resposta para ressaltar nossa suspeição. Entretanto, sempre diremos que, exaltando a índole um tanto excepcional dos habitantes de Campinas, e apresentando-os à pública apreciação por esta face característica, não o fazemos por mera jactância, como a muitos possa parecer. Leva-nos a isto um único intuito: apresentar o exemplo para que outros o sigam.

É deste modo que o município poderá achar-se, um dia, preparado para vencer a centralização. Pela educação e pelo trabalho chega-se à liberdade.

(Al manach Litterario de S. Paulo para 1879, publicado por José Maria Lisboa, Quarto ano, pp. 5-12. São Paulo, Typ. da "Província", 1878)

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

O MARQUÊS DE BARBACENA VISTO POR UM MERCENÁRIO ALEMÃO (Seweloh)

Pode ser verdade que o Marquês de Barbacena, como general, não possuísse nem as teorias e ainda menos a experiência, que reclama o posto de guerra de general-em-chefe; se, porém, jamais a natureza dotou a um homem das distinções que o qualificam para as altas funções, o Marquês foi aquinhoado em alto grau.

Brasileiro de acendrado amor pátrio, em suas veias predominando o caráter nacional inglês, o mais alto sentimento da justiça, as melhores intenções, o mais ardente empenho por fazer feliz a sua pobre pátria, uma nobre consciência, sob um exterior quase sempre frio e comedido ou propositadamente reservado, pela leveza da etiqueta da corte francesa, em tudo queria somente o bem, a sua vontade era forte, o seu caráter determinado e pouca escola teria bastado para fazer dele um grande general. São as melhores as suas idéias sobre administração da guerra e disciplina, possui um espírito agudo, penetrante, imaginação e eloquência, presença agradável e um caráter muito nobre, fundado na bondade do coração.

Viou o mundo, esteve diversas vezes em Portugal, na França e na Inglaterra; como representante dos interesses do Brasil na Inglaterra ao tempo da revolução, ali esteve em contacto com os maiores homens daquele tempo, era admirador e grande amigo de Sir George Canning, e antes da revolução era um dos homens mais ricos do Brasil, pelo que possuía relações com boas casas européias e o seu senso especulativo ainda agora em qualquer negócio lhe dá extraordinária penetração de vistas e apreensão radical.

É, entretanto, singular que com as qualidades verdadeiramente tão grandes e brilhantes, como dificilmente se pode imaginar reunidas em um só homem, o Marquês de Barbacena tenha tantos inimigos em todas as partes do Império.

As muitas cousas más que de tantos lados a respeito dele ouvi me instigaram a uma observação mais atenta, e tanto mais me prendi a ele, quanto mais fui reconhecendo o seu verdadeiro valor, admirando a maldade, tão inventiva em mil calúnias, que procuravam aviltar, por meio de invencionices vergonhosas, um homem a quem a nação devia honrar pelos sacrifícios por ele feitos para servi-la, como seja o primeiro reconhecimento de sua independência pela primeira nação do mundo, homem ao qual a nação deveria erigir estátuas, em vez de deixar espezinhar por toda parte o seu nome, de maneira vil, pois é um homem verdadeiramente zeloso da felicidade de sua pátria, tendo conquistado alto respeito, onde quer que aparecesse no estrangeiro, com conhecimento de todas as ciências políticas e da administração, tendo observação direta e atenta de boas instituições estrangeiras, conhecedor dos males profundos do seu país e capaz de, com os seus conselhos, indicar e executar com energia os meios conducentes aos bons objetivos.

(Seweloh, A. A. F. de - **Reminiscências da campanha de 1827**, 69-70. Trad. do General Bertoldo Klinger. Rio de Janeiro, Imprensa do Estado Maior do Exército, 1936.

*

PROCLAMAÇÃO DOS PATRIOTAS RENANOS

Cidadãos legisladores,

(...) Estamos saindo neste momento da cerimônia mais solene que jamais foi vista em Mayence: estamos vindo aqui de uma assembléia numerosa de homens livres, que nos elegeram segundo os princípios sagrados da liberdade e de igualdade e no seio dos quais prestamos o mais augusto juramento de manter a liberdade e a igualdade, o bem do povo, e de preencher fielmente nossos deveres.

Mayence deve à generosa, à nobre nação francesa o feliz acontecimento de poder inscrever nos seus anais a época importante na qual o escravo oprimido quebrou suas pesadas cadeias; onde um povo, fortemente curvado sob o despotismo, reconquistou seus direitos naturais e onde o homem livre retomou, em todo o seu esplendor, sua dignidade primitiva e seu lugar entre seus irmãos livres.

Mas vossos cuidados, incansáveis legisladores, não pouco contribuíram para completar nossa felicidade atual; recebei primeiramente os nossos mais vivos

agradecimentos e permiti-nos, em seguida, testemunhar, com o mais profundo sentimento, nosso respeito para com uma nação que não está contente de estar feliz sozinha, mas se dá os cuidados mais assíduos para fazer também a felicidade de povos tão diferentes dela pela sua língua e pelos seus costumes.

Participai, rogamos-vos encarecidamente, de nossos sentimentos à vossa generosa nação e pedi-lhe, em nosso nome, para continuar dando-nos sua poderosa proteção para a conclusão da obra que iniciamos nesta região para o bem da humanidade. E vós, cidadãos legisladores, continuai confiando em nós e concedei-nos vosso amor, não somente a nós, mas ao povo do qual somos os magistrados.

Revelai, segundo vosso coração, assim como tendes declarado freqüentemente, que este povo é bom, que ele merece atenção ainda maior, e assegurai-vos que, de nossa parte, preferimos morrer a tornar-nos infiéis ao bem-estar do povo e aos princípios da liberdade e de igualdade.

Mayence, 3 de março de 1793, ano II da República Francesa.

(Assinado: Macke, prefeito; dezesseis oficiais municipais)

(Archives Parlementaires, t. LX, p. 105. Paris, Dupont, 1901. Apud Mattoso, Katia M. de Queirós - **Textos e documentos para o estudo da história contemporânea**, p. 33-34. São Paulo, Hucitec/Editora da Univ. de São Paulo, 1977. (Col. "Textos", vol. 3)

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA TITO LÍVIO FERREIRA (1894-1988)

Efeméride bastante significativa para as letras históricas, no corrente ano, é a que assinala o centenário de Tito Lívio Ferreira, nascido em Itapuí (então Bica de Pedra), na região central do Estado, aos 4 de junho de 1894 e falecido em São Paulo (capital) a 16 de dezembro de 1988. Professor diplomado pela Escola Normal de Campinas, exerceu o magistério, no início de sua carreira, em diversas cidades do Estado (Bariri, Jaú, Bica de Pedra, Santo Antônio da Alegria...)

Transferindo-se para a capital, dedicou-se ao ensino secundário, lecionando história e língua francesa no antigo Ginásio Ipiranga, e História da Educação e Sociologia Educacional na Escola Normal anexa a esse ginásio. Passando ao ensino universitário, lecionou por muitos anos nas Faculdades de Filosofia São Bento e “Sedes Sapientiae”, posteriormente incorporadas à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Pertenceu a diversas instituições culturais, notadamente ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (desde 1940), de cuja diretoria participou em várias ocasiões, e à Academia Paulista de Letras. Já plenamente realizado em sua vida cultural e profissional, entendeu de realizar estudos jurídicos, o que fez na Universidade Fluminense, diplomando-se em 1947.

Esteve diversas vezes em Portugal, em atividades culturais, (congressos, conferências, convites especiais...), colaborando, assim, ativamente com importantes entidades culturais portuguesas, resultando disso o ter sido, por várias vezes, agraciado com distinções honoríficas do governo e de instituições de Portugal.

Vocacionado para a pesquisa e a reflexão históricas, deixou mais de uma dezena de livros, além do muito que publicou em jornais e revistas culturais, nos quais abordou preferencialmente temas de sua predileção, como, entre outros, o relacionamento do Brasil com Portugal, a história da Independência e a história paulista. No Museu Paulista, no qual exerceu as funções de historiógrafo, encontrou ambiente bastante favorável às suas pesquisas.

Fundador e primeiro presidente da Academia Paulista de História e, posteriormente, fundador e primeiro presidente da Academia Paulistana da História e da Ordem Nacional dos Bandeirantes.

Os primeiros livros que publicou foram de natureza didática, destinados ao ensino da história e da língua francesa. Todavia, a partir de 1944 e até 1980, portanto durante quase quarenta anos produziu sua obra propriamente histórica, da qual procuramos dar um arrolamento provavelmente não completo, mas quase completo, excluído, naturalmente o que publicou em jornais e revistas de cultura.

Bibliografia de Tito Lívio Ferreira

- Gênese social da gente bandeirante.** São Paulo, Editora Nacional, 1944. Coleção "Brasiliana", v. 240 (deste volume extraímos a "seleta" que acompanha esta nota.)
- José Bonifácio na Suécia.** Scp, 1954.
- Padre Manuel da Nóbrega, fundador de São Paulo.** São Paulo, Saraiva, 1957.
- O Brasil não foi colônia.** São Paulo, Tip. Brasil, 1958.
- História dos grandes descobrimentos marítimos.** São Paulo, PUC, 1958.
- História da civilização brasileira** (em colab. com Manuel Rodrigues Ferreira). São Paulo, Biblos, 1959.
- História da Beneficência Portuguesa de São Paulo.** São Paulo, Saraiva, 1959.
- A maçonaria na independência brasileira** (em colab. com Manuel Rodrigues Ferreira). São Paulo, Biblos, 1962.
- História da educação lusobrasileira.** São Paulo, Saraiva, 1966.
- Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga.** São Paulo, Comissão est. de Cultura, 1970.
- São Paulo na independência brasileira.** São Paulo, Biblos, 1974.
- Técnica da pesquisa histórica.** São Paulo, CEN, 1974.
- O idioma oficial do Brasil é o português.** São Paulo, Cupolo, 1977.
- A Ordem de Cristo no Brasil.** São Paulo, Ibrasa, 1980.

SELETA

VIDA SOCIAL E MUDANÇA DO MUNICÍPIO (de Santo André a São Paulo)

Tito Lívio Ferreira

Isolado no planalto, Santo André da Borda do Campo se ergue como sentinela avançada e inquieta da civilização, à margem das sesmarias intérrimas perdidas na solitária grandeza do território desconhecido. Boca de sertão, o povoado fica silencioso e ermo durante longos e preguiçosos dias. Nessa imobilidade latente a vida parece suspensa. Contudo, o rumor característico da existência refoge do perímetro urbano para as cercanias adjacentes à vila. E desdobram-se, entre a aldeia agrícola e pastoril e o território rural circundante, a faina fecunda e uniforme dos engenhos e o labor suado e robusto das lavouras.

Mantida por sentimentos, costumes e tradições, a solidariedade comunal permite contactos diretos, conhecimentos pessoais, interdependência de atividades e interesses recíprocos. Dentro da paisagem tranqüila e misteriosa a vida rural se reflete no interior do vilarejo, onde os vizinhos se unem pelos elos econômicos, pela mútua prestação de serviços, pela necessidade imperativa da defesa organizada. E a própria comunidade se afaz e se afeiçoa ao ambiente social constituído em prol do bem estar coletivo, graças ao sobre-humano esforço de João Ramalho, a personalidade central do burgo andréense.

Dentro desse panorama histórico-social estrutura-se a unidade legal, política e administrativa do povoado comunal e municipalista. Com o prestígio crescente de sua autoridade civil e militar, João Ramalho fortalece o espírito municipal, realçando-o. Caracteriza-se, na ordem privada, o seu anseio consciente, quando pugna pelo bem público, quando exalta as liberdades municipais, quando reage contra as autoridades acomodatícias. E assim ele conduz, com energia e nobreza, as forças sociais andréenses, liderando-as.

Regularizados e fiscalizados os serviços do município, João Ramalho apresenta, em sessão de 30 de abril de 1558, o mandado expedido por Jorge Ferreira,

ouvidor da Capitania. Necessita este de certo número de homens válidos para a defesa da Bertioga. O alcaide-mór não concorda com o desvio de qualquer indivíduo de suas atividades rurais. E argumenta. Exposto como está o vilório aos ataques dos índios contrários, cumpre aos seus habitantes montar guarda noite e dia, para defendê-lo.

Ilegal se lhe afigura o ato do ouvidor santista, porque lhe compete, a ele Ramalho, velar pela segurança e garantia de seus jurisdicionados, para não deixá-los indefesos, no altiplano. Requeria, portanto, fosse cumprido o regimento deixado pelo governador Duarte da Costa. Solicita mais ao procurador do Conselho que reúna os homens dispersos pelas adjacências da vila e os obrigue a viver dentro dos muros, ao serviço de Deus e de El-Rei. Juiz e procurador concordam em pedir a João Ramalho que, como alcaide-mór e capitão, não consinta na saída, para fora da povoação, de qualquer morador, em conformidade com o regulamento citado.

Tomada essa decisão, outra se lhe segue. Estevão da Costa, funcionário de Santos, anda pelo povoado a aliciar homens para a defesa da Bertioga. paga-lhes pelo trabalho quinze mil réis. E a Câmara resolve multar esse indivíduo por infringir o regimento passado por Duarte da Costa.

Reúnem-se os camaristas, a 2 de agosto, para "acordarem cousas que pertencem à república", no expressivo frasear do redator da ata. Realiza-se a sessão nas casas do Conselho. Chega o tempo das águas. Urge reparar as "cercas do muro" exposto às intempéries. Para evitar a ruína, requer o procurador seja logo começada a sua cobertura. E essa providência vai ser executada.

Em 23 de agosto estão os vereadores no Paço do Conselho. Encarece-lhe o procurador a necessidade premente de se vigiar o povoado com mais atenção, porque os adversários preparavam o assalto aos baluartes da vila. Deserta durante o dia, a povoação pode ser destruída pelo gentio inimigo, se ninguém ficar alerta para repelir os atacantes. E propunha, portanto, a seguinte medida: nem todos devem ir, mal amanhece, para as roças.

Preciso é evitar surpresas terríveis. Assim, metade da população devia permanecer em casa um dia e outra metade outro dia, revezando-se. E seria aplicada multa de 150 réis aos infratores dessa providência de ordem coletiva.

No mês seguinte, em 20 de setembro, requer o procurador a mudança da vila para outro lugar próximo de qualquer rio. Ali onde estão escasseiam cada vez mais os mantimentos morre o gado e a fome ronda os moradores, dizimando-os. No prolongamento desse estado de coisas, não consente. Se aumentassem as mortes, ou as perdas de fazenda, o povo havia de julgar o responsável por essa incúria, fosse ele quem fosse. João Ramalho está presente. Assite aos debates. Comparece a todas as sessões desse ano. E não contraria a idéia da mudança do município.

(...) Transfere-se, com os moradores, o foral da vila fundada por João Ramalho, para a povoação circunjacente ao colégio dos jesuítas.(...) Desaparecem, com o tempo, os derradeiros vestígios da comunidade plantada nas fronteiras do sertão, pelo patriarca dos bandeirantes.

Em São Paulo de Piratininga se prolonga e se projeta a vida social, econômica e administrativa do arraial extinto. Os mesmos camaristas eleitos para servir nesse ano de 1560, em Santo André da Borda do Campo, acompanham o município em sua mudança, e completam o seu mandato no vilório de Piratininga, sem solução de continuidade no exercício dos respectivos cargos. Integrados no ambiente piratiningano continuam a prestar serviços à população estabelecida no planalto. E a organização social avança no seu processo evolutivo, através dos fatos sociais variáveis de lugar para lugar, mas tendentes a unificar a consciência coletiva, fortificando-a.

Assim, centralizados no altiplano os colonizadores, com João Ramalho à frente, elaboram o gênio peculiar dos bandeirantes, para as arrancadas irradiadoras do futuro. E o "fronteiro do campo" continua a civilizar a terra e a gente de São Paulo do Campo, com dirigí-las, guiá-las e defendê-las.

Processa-se no ano seguinte de 1561 a eleição dos oficiais para essa legislatura. Eleitos João Annes, procurador do conselho, Antônio Cubas, juiz ordinário e Garcia Rodrigues, vereador, verifica-se logo como a Câmara Municipal de São Paulo de Piratininga recorre aos antigos vereadores de Santo André da Borda do Campo, para formar a edilidade paulistana. E o pelourinho do povoado ramalhense passa para a povoação jesuítica, erguido no Pátio do Colégio dos Padres.

Perdido o primeiro volume das atas da Câmara de São Paulo, desconhece-se a vida administrativa desse ano e meio iniciais. Contudo, de 1º de janeiro de 1562 em diante, o documentário existente revela o madrugar indeciso da vida social e municipal do vilarejo mal desperto para o alvorecer da civilização e do progresso. E a transferência do município da orla do campo e da serra para rente do sertão e do rio Anhembi, decorre de uma necessidade social e colonizadora. E os vereadores de São Paulo são os mesmos de Santo André, pois o município muda de sede, muda de nome, sem modificar os seus dirigentes administrativos.

Pelos anos de 1562 e 1563 João Ramalho serve no cargo de capitão-mór de Piratininga, designado para esse posto a fim de manter, bem alerta, a defesa da vila contra os ataques dos tamoios.

(...) A 9 de julho de 1562 os índios adversários atacam São Paulo de Piratininga. João Ramalho, capitão-mór, chefe civil do altiplano e encarregado agora de organizar a defesa da vila, levanta, com o seu sogro Tibiriça, a praça de guerra sob seu comando. Antes havia construído os muros, as portas e as guaritas.

A resistência é feita intramuros, com os indígenas de três aldeias vizinhas e pelos portugueses moradores na vila. Dois dias dura o cerco. No terceiro dia os sitiados resolvem contratar os assaltantes. Saem para fora das trincheiras e investem contra os inimigos. Repelidos, os adversários fogem em completa desordem. Destroem, na fuga precipitada, os sementeiras; matam o gado; incendiam e devastam as roças por onde passam. Terminada a guerra, os habitantes das cercanias recolhem-se ao povoado. E a vida social de Piratininga torna-se mais achegada à ação coletiva dos grupos, uns com os outros se solidarizando.

(...) Por volta de 1580 e tantos desaparece, dentre os vivos, a personalidade imorredoura do velho patriarca, sempre respeitado pela indiada, pela numerosa prole, pelo patrícios e pelas autoridades vicentinas. Grande chefe de seu clã, representa ele a força viva da sociedade nucleada nos campos de Piratininga, cuja poderosa significação simbólica resiste, galhardamente, à ação destruidora do tempo e dos historiadores tendenciosos. Alto expoente da vitalidade colonizadora de um povo, a força coercitiva de suas atitudes nobres e íntegras assegura nesse tumultuário ciclo de sua dirigida atuação conformadora, a unidade social, o predomínio racial, a fortaleza moral e a superioridade cultural com jungir, atar e desenvolver os grupos sociais, civilizando-os. Todo esse esforço vertical e vibrante estua de energias em potencial. E nele se estrutura a "obra gigantesca dos portugueses na colonização do Brasil, que não encontra exemplo de maior fecundidade criadora e de maior realismo político em toda a história da colonização dos tempos modernos".¹

Por isso mesmo, o lugarejo plantado em Santo André, "foi o primeiro marco vencido na conquista do 'hinterland' brasileiro, o primeiro ponto de partida para a conquista do Brasil pelos brasileiros. E presidindo ao movimento inicial da entrada paulista pelo Brasil a dentro, é João Ramalho o pró-homem, o patriarca das bandeiras prodigiosas, anexadoras de milhões de quilômetros quadrados - castelhanos à fé dos tratados -, ao nosso patrimônio nacional"²

Daí na paisagem histórico-social do primeiro século, onde se adentra e se plasma a gênese social da gente bandeirante, João Ramalho identificar-se com a comunidade primitiva, com a consciência da clã rural, com a formação do espírito municipal do tempo, com a sociedade nascente.

(Gênese social da gente bandeirante,
111-120. São Paulo, Editora Nacional, 1944.
Col. "Brasiliana", v. 240).

(1) Andrade, Almir de - Formação da sociologia brasileira: os primeiros estudos sociais no Brasil, 111. Rio de Janeiro, José Olympio, 1941. (Col. "Documentos Brasileiros, 27).

(2) Taunay, Afonso de E. - Na era das bandeiras, 60. São Paulo, Melhoramentos, 1922.

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas).

271. DEBATES DE HISTÓRIA REGIONAL

É sempre com muita satisfação que tomo conhecimento - e quando posso registro-as pela imprensa - de novas publicações universitárias consagradas às letras históricas. É o que ocorre no momento com uma revista editada pelo Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas, cujo número inicial tive o prazer de receber por gentileza do prezado amigo e colega Professor José Octávio, conhecido historiador paraibano e professor da Universidade Federal de seu Estado.

Não percebi se o título com que se apresenta a nova revista, "Debates de história regional", pretende ser o título permanente da publicação ou se ele condiz apenas com esse número inicial. Não importa. O que mais interessa, no caso, é constatar a ênfase que a revista dá aos temas regionais e que se depreende da própria apresentação: "O objetivo é estudar com prioridade a temática regional, particularmente a alagoana". Com efeito, os temas alagoanos predominam, abrangendo variada gama de abordagens históricas, desde processos inquisitoriais até as raízes do comunismo e a presença dos "boias frias". Ou antes até, desde a pré-história. Tudo tratado de maneira clara, despretensiosa e de boa forma, tornando agradável sua leitura.

Sem prejuízo dos outros onze trabalhos que figuram no volume, permito-me destacar o que figura como quarto item, de autoria do professor José Octavio, sobre "Os seminários paraibanos de cultura brasileira", excelente realização que por vários anos marcou o calendário cultural da capital paraibana, e que contou,

em todos eles (cinco até agora) com a participação de figuras expressivas das letras históricas, jurídicas e sociológicas não só da Paraíba, mas de diversos Estados do Brasil e dos quais até o rabiscador desta nota teve oportunidade de participar, por nímia gentileza de seus organizadores.*

Foram eles realizados entre 1976 e 1981. Iniciativa do "Grupo José Honório Rodrigues", do Departamento de História da Universidade Federal e do Instituto Histórico Paraibano, contaram desde o início com o apoio oficial do Estado, graças ao empenho de Tarcísio Burity quando Secretário da Educação e depois Governador do Estado.

O Professor José Octávio, que em todos eles atuou como coordenador e ativo participante, traça em seu trabalho excelente apreciação do que significaram essas reuniões para a cultura brasileira, quase uma reportagem (no bom sentido do termo) do que nelas ocorreu e de seu valor como fonte para a história. **Brasil, tempo e cultura**, intitulam-se as publicações que reúnem a matéria debatida nesses seminários.

A presença de José Honório Rodrigues, Miguel Reale, Samuel Duarte, Gilberto Freyre, Amaro Quintas, Abguar Bastos, Boris Fausto, Luiz Toledo Machado, Octaciano Nogueira, Paulo Bonavides, Hélio Jaguaribe, Vamireh Chacon, José Calazans, entre outros (fora, naturalmente a "prata da casa"), basta para demonstrar a seriedade e o nível das reuniões de João Pessoa. E, felizmente, com quase todos os seus anais publicados, o que vale por precioso enriquecimento da bibliografia histórica brasileira.

No dizer de Vamireh Chaconb, tais reuniões "foram tão importantes que hoje fazem uma grande falta à Paraíba e ao Nordeste. Todo ano, em determinado mês, as atenções regionais se voltavam para João Pessoa. Oxalá um dia alguém com sensibilidade reinicie o programa". Interrompido há mais de dez anos (certamente por motivos ponderáveis), é o caso de se fazer coro com Vamireh Chacon e esperar pelo ressurgimento de tão simpático e valioso empreendimento. Mas, os volumes de seus trabalhos aí estão. E o artigo de José Octávio aí está para nos lembrar de seu interesse. (22-1-1994)

*

272. A ESTÁTUA DO BISPO

Quando, em tempos que já vão bem longe, fui residir em Juiz de Fora a fim de concluir no Granbery meus estudos secundários, ocorreu algo que a

(*) O mencionado trabalho de Professor José Octavio encontra-se também publicado em o nº 151, desta revista.

distância do tempo não apagou de minha memória. Fazia poucos dias que me encontrava na cidade, quando indaguei de um transeunte onde ficava determinado lugar a que deveria ir. "É bem perto da estátua do bispo", respondeu-me ele. Fiquei na mesma. Nem imaginava houvesse alguma estátua de bispo em Juiz de Fora. Bispo local, sabia que não era, pois a diocese juizforana não teria, na época, mais que cinco ou seis anos e seu primeiro bispo, Dom Justino de Sant'Ana, encontrava-se em plena atividade e nessas funções permaneceria ainda por quase trinta anos. Mas, como quem tem boca vai a Roma, não me foi difícil descobrir a tal "estátua do bispo". Por sinal que não era estátua, mas simples monumento (uma cruz encimando um medalhão) localizado à margem da via férrea da "Central", no trecho em que ela contorna o Morro da Glória para alcançar a estação de Mariano Procópio.

Recordava o monumento pavoroso desastre ocorrido no local, no dia 6 de novembro de 1895, resultante do encontro de dois trens e no qual perderam a vida o bispo Dom Luís Lasagna e diversos outros sacerdotes e também algumas irmãs, que o acompanhavam numa viagem ao interior de Minas aonde iam com o objetivo de estabelecer trabalho salesiano nas proximidades de Ouro Preto.

O desastre teve enorme repercussão em todo o país, não só pela qualificação das pessoas que nele pereceram, como pela maneira trágica como ocorreu, resultado do descuido de uma manobrista da estação de Mariano Procópio que "soltou" um trem sem ter tido o cuidado de verificar se vinha algum em sentido contrário. E vinha... A circunstância de ser um trecho da ferrovia em curva e ainda à noite e com bastante chuva, agravou ainda mais a situação, dificultando inclusive o recolhimento e a identificação dos corpos das vítimas.

Na minha inveterada curiosidade por nomes de ruas, não me foi difícil saber que uma via pública que descia do Morro da Glória e terminava precisamente no local da "estátua", ostentava em suas placas "Rua Dom Lasagna". Vinte anos depois do desastre, a 6 de novembro de 1915, inaugurou-se o monumento à "saudosa memória de D. Luís Lasagna e seus companheiros", como se inscreveu na placa.

Visto o monumento e conhecido o seu significado, é claro que despertou em mim, embora jovem ginasião, o interesse em conhecer algo sobre a ilustre vítima que a cidade de Juiz de Fora cultuava de maneira tão singela, mas bastante expressiva.

Ventilou-se na ocasião a hipótese de que o desastre fora provocado criminosamente contra os salesianos, envolvendo-se nessa trama a maçonaria de Juiz de Fora. Lamentavelmente, essa hipótese absurda e totalmente destituída de fundamento, encontrou guarida entre alguns sacerdotes e por muito tempo foi veiculada entre os salesianos, segundo informa Rioldo Azzi, conhecido historiador da ordem salesiana no Brasil. Talvez seja essa a explicação para que tal versão apareça registrada na mais importante enciclopédia espanhola, a conceituada

"Espasa-Calpe", onde se lê que Dom Lasagna e seus companheiros foram "assassinados" em Juiz de Fora (que a Enciclopédia grafa erroneamente "Luiz de Foras").

Fiquei mais de 50 anos sem ver novamente a "estátua do bispo", embora indo com frequência a Juiz de Fora. Da última vez, há poucas semanas, quis vê-la. E foi com tristeza que de lá voltei, dado o estado em que encontrei o monumento. Praticamente abandonado, sujo, quase impossível de dele se aproximar, em grande parte deteriorado pela ação do tempo e de vândalos, que mutilaram até sua inscrição, prejudicado, ainda, pela fuligem das velas que a credence popular acende como se aquilo fosse objeto de culto e, como se não bastasse, ainda restos de comida ali deixados por pessoas crédulas. Nada, portanto, que recomende uma visita ao local. É pena. E seria tão fácil restaurá-lo, dadas as suas pequenas dimensões. Morasse em Juiz de Fora, encetaria uma campanha nesse sentido. Ainda voltarei a Dom Lasagna e aos salesianos. (29-1-1994)

*

279. AINDA DOM LASAGNA

Depois que "descobri" o monumento a Dom Lasagna em Juiz de Fora (conforme narrei em nota anterior) despertou-me o interesse em conhecer alguma coisa da vida e obra do dedicado sacerdote que, de maneira infelizmente tão trágica, ligou seu nome à importante cidade das margens do Paraibuna. Certamente - pensei - não seria num colégio protestante como o Granbery que poderia obter informações sobre um bispo católico. Pois foi. O Granbery, embora protestante, contava em seu corpo docente com numerosos professores católicos e foi um deles, dos mais velhos, pois já era garoto de oito ou dez anos quando ocorreu o lamentável desastre de 1895, quem me forneceu os primeiros dados sobre o sacerdote salesiano vindo para o Brasil em 1882 para estabelecer em nosso país a obra missionária pregada pelos discípulos de Dom Bosco.

O nome "salesiano" já dizia alguma coisa ao garoto de 15 ou 16 anos, que era quanto eu tinha na ocasião. Tendo morado em Campinas, associava-o ao mais belo edifício da cidade - e um dos mais belos do Brasil -, qual o Liceu Nossa Senhora Auxiliadora. E também conhecia, em São Paulo, o Liceu Sagrado Coração de Jesus, aonde fora levado, menino ainda, a visitar parente que nele estudava como interno.

Não existia, na época, ao meu alcance, nenhuma história da Igreja Católica no Brasil onde pudesse ler algo sobre a ilustre vítima de Juiz de Fora. O

acaso fez, um dia, cair-me às mãos uma revista de divulgação, do Rio de Janeiro, na qual encontrei pelo menos meia página sobre o que desejava saber. E com o tempo, é claro, à medida que me enfronhava em leituras sobre o Brasil, tomei conhecimento da grande obra missionária que os salesianos, vindos para nossa terra a pedido do bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, em 1875, vinham realizando não só nas cidades, mas especialmente no interior, em áreas então praticamente desconhecidas, como era o caso de Mato Grosso, onde seu trabalho entre os bororos e outros grupos indígenas, pode ser creditado como das obras mais importantes realizadas pela Igreja no Brasil. Inclusive, deixando depoimentos valiosíssimos em livros de consulta obrigatória para os estudos etnográficos, bastando citar, entre tantos, os de autoria dos padres Colbacchini e Albisetti.

Isso poderá dar assunto para outras notas. Prefiro ater-me ao bispo vitimado no desastre de Juiz de Fora. Começando seu trabalho apostólico no Uruguai, passando depois à Argentina e ao Paraguai, fixou-se no Brasil em 1882. Visitou todos os pontos onde ocorresse, na época, trabalho salesiano. Não esquentava lugar. Difícil acompanhá-lo em suas peregrinações, a última das quais, já foi dito, encerrou-se tragicamente em 1895. Como bom salesiano, tinha interesse especial pela obra educativa, que constituía no início o ponto central da obra no Brasil. Numerosas cidades do país têm até hoje colégios salesianos, quase todos importantíssimos e que marcaram indelével influência nas cidades onde se localizam.

Resultados de suas "inspecções" pelo Brasil são os numerosos relatórios e cartas que deixou, importantes todos para o conhecimento não só de seu trabalho em si, mas da reação mental que se notava nos primeiros contatos dos salesianos com o governo e a população. Aliás, é bom que se note, os salesianos foram sempre vistos com simpatia, o que, infelizmente nem sempre acontecia com outras ordens e congregações religiosas.

Na realidade, tornou-se Dom Lasagna a grande "alma" da obra realizada no Brasil pelos salesianos nos fins do século passado. Seu prestígio, sua facilidade de relacionamento, a alta consideração em que era tido, foram credenciais para sua ascensão à dignidade episcopal, o que aconteceu apenas dois anos antes do trágico acidente que o vitimou.

As fontes salesianas para o conhecimento do Brasil constituirão tema de uma próxima nota. (5-2-1994)

*

274. PÁGINAS DE UM LIVRO DE MEMÓRIAS

A publicação, há quase 60 anos, do livro **Santa Catarina**, de Oswaldo R. Cabral (1903-1987), volume 80 da prestigiosa coleção "Brasileira", da Companhia

Editora Nacional, revelou-nos autor de pouco mais de 30 anos, realmente compenetrado do verdadeiro sentido da história regional. Ao elaborá-lo, procurou fugir aos moldes então usuais de uma história meramente cronológica ou administrativa, ou de uma história do Brasil simplesmente "adaptada" ao seu Estado, no caso Santa Catarina. Como resultado, tivemos, com seu livro, um dos melhores trabalhos já publicados entre nós, relativos à história de uma unidade da Federação. Eis porque alcançou excelente repercussão.

Santa Catarina foi o primeiro título (na área de história) de uma extensa bibliografia constituída de inúmeros ensaios do mais alto valor sobre a terra catarinense, compreendendo estudos de cidades, problemas de povoamento e colonização, temas sociais, religiosos, judiciários, folclóricos, etc. Isso, além do que escreveu sobre medicina, que foi sua profissão e do muito que deixou esparsos por jornais e revistas culturais. Pertenceu à Academia Catarinense de Letras, aos Institutos Históricos Brasileiro e de Santa Catarina e a diversas outras instituições. Exerceu funções públicas de relevo. Foi deputado estadual, um dos fundadores e professor da antiga Faculdade de Filosofia de Florianópolis, origem da atual Universidade Federal catarinense.

Para uma apreciação honesta e criteriosa (diria até completa) do que representou vida tão intensa e multifforme como a do médico e historiador catarinense, nada melhor que o livro que vem de publicar sua sobrinha e "herdeira intelectual", Professora Sara Regina Silveira de Souza, em edição conjunta das Universidades Federal e Estadual de Santa Catarina. Nesse volume divulgam-se pela primeira vez páginas de suas memórias, completadas com as lembranças e sua sobrinha, "quase filha", por quem nutria grande afeição e que, "por circunstâncias familiares e de trabalho, transformou-se na sua principal herdeira intelectual". E para aqueles que conheceram Oswaldo R. Cabral - lembra uma nota de contracapa - "o livro marcará o reencontro com uma inteligência brilhante e questionadora. Para as novas gerações trará o exemplo de uma personalidade única, que deixou saudade".

Saíu o volume assim, como se costuma dizer, um livro "a quatro mãos", alternando-se às memórias do historiador, bem como a coleta de numerosas páginas recolhidas de jornais e revistas (e todas de grande interesse), os dados complementares de Sara Regina. E o leitor fica em dúvida sobre qual das duas partes mais admirar, devendo, entretanto, entender que elas se completam.

Tive o privilégio de conhecer Oswaldo R. Cabral por ocasião de um congresso de geografia realizado em Florianópolis em 1940 e em cujo programa constava, como um dos seus pontos mais altos, uma conferência do historiador sobre a evolução histórica de seu Estado. Fazia cerca de três anos que saíra seu livro na coleção "Brasileira", e todos os que o haviam lido mostraram-se interessados na conferência programada. E não houve quem a não apreciasse. Para os eventualmente

interessados, aprez-me informar que ela se encontra publicada no volume primeiro dos **Anais do Nono Congresso Brasileiro de Geografia**, publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Não tive mais oportunidade de encontrá-lo, pois fiquei muitos anos sem voltar a Florianópolis, embora passando muitas vezes pelo seu aeroporto em viagem para o Rio Grande do Sul. E quando aconteceu poder ficar alguns dias na capital catarinense em 1977, para um outro congresso, desta vez de história, não me foi dado vê-lo. E veio a falecer poucos meses depois.

O retrato de "corpo inteiro" que Sara Regina nos apresenta de seu querido tio é dos livros de leitura mais agradável de quantos tenho lido ultimamente. (5-3-1994)

*

275. DEZ LIVROS...

Excetuado o caso de Afonso de Taunay com relação à capital paulista, não sei de ninguém que haja escrito dez livros sobre uma mesma cidade, como o fez Isaac Grinberg, meu preclaro confrade da Academia Paulista de História, com relação à sua Mogi das Cruzes. Ou, invertendo os termos, não sei de nenhuma cidade brasileira (fora o exemplo já citado) que tenha merecido dez livros de um mesmo autor...

Tive o privilégio de prefaciar um desses livros, o nono, publicado em 1992. Ao fazê-lo procurei salientar alguns traços marcantes do trabalho do historiador mojiano: "pesquisador consciente (e paciente...) tanto das fontes impressas como das manuscritas, expositor criterioso de suas conclusões, espírito aberto às indagações e peculiaridades que ocorrem necessariamente em seu campo de trabalho, seus livros primam por externarem essas características que aponte em seu comportamento social e intelectual". E depois de tecer algumas considerações sobre o livro em que discute as origens de sua cidade, conclui: "Não ficou nisso. Interessou-se igualmente pela evolução da cidade, sua morfologia, sua cultura, seu folclore, enfim o cotidiano de sua terra, tudo marcado com muita vivência, muita dedicação, muito amor, mas também muito conhecimento".

É bom que se ressalte a temática abrangida pelo autor nos seus livros, e este novo, que vem de publicar (o décimo) evocando Mogi das Cruzes de seu tempo, é como que um complemento, deveras indispensável, no leque de abrangência de tudo quanto lhe pareceu valioso mostrar para caracterizar a evolução de sua cidade. Se, antes, valeu-se dos arquivos, vale-se agora de sua própria memória.

Quem tiver qualquer vivência de cidade interiorana certamente se encontrará em seu livro, pois, como bem ponderou o autor, seu trabalho "pode referir-se igualmente à maioria das cidades brasileiras do mesmo período". É só mudar os nomes, que tudo o mais se encaixa: a estação, o jardim, a escola, a padaria, o açougue, o clube, o cineminha (quase sempre poeira...), os bares onde a rapaziada se reunia, o "footing" na praça principal, as festas juninas, o carnaval, o coreto do jardim provavelmente com suas retretas domingueiras, os primeiros automóveis, as festas religiosas com suas procissões e quermesses, o sino da matriz com seus toques característicos, adequados às diversas funções, os cães vadios (sempre defendidos pela garotada...), os primeiros rádios, enfim tudo aquilo que fazia o encanto das cidades antes que elas se modernizassem e se tornassem sofisticadas e massificadas pelos novos meios de comunicação.

Mas, no que passa pela memória do autor, afora a evocação da cidade, há notas interessantes sobre a própria morfologia urbana, quase que uma geografia rétrospectiva, o que, de fato, só poderia ser feito por quem tenha um bom conhecimento da cidade, que é precisamente o seu caso. Seu painel mojiano estende-se por 30 anos, pois data de 1961 seu primeiro livro, **História de Mogi das Cruzes**; a ele seguiram-se: **Mogi das Cruzes de antigamente** (1964), **Retrato de Mogi das Cruzes** (1974), **História da Justiça em Mogi das Cruzes** (1977), **Gaspar Vaz, fundador de Mogi das Cruzes** (1980), **Mogi das Cruzes de 1601 a 1640** (1981), **Folclore de Mogi das Cruzes** (1983), **Memória fotográfica de Mogi das Cruzes** (1986), **Viajantes ilustres em Mogi das Cruzes** (1992) e **Mogi das Cruzes de meu tempo** (1993). E qual será o décimo primeiro? Felizes as cidades que têm quem lhes evoque a memória com tanta dedicação e proficiência.* (2-4-1994)

*

276. A PROPÓSITO DE UMA INICIAÇÃO POLÍTICA

A carreira política do Visconde de Taunay iniciou-se em 1872, como representante de Goiás na Câmara Imperial e só terminou com a queda do regime monárquico, em fins de 1889, quando se encontrava como senador por Santa Catarina. E nesse entremeio, coube-lhe presidir as províncias de Santa Catarina e Paraná, embora por pouco tempo, não passando de seis meses em cada uma delas.

Numa de suas "reminiscências" narra pormenorizadamente seu ingresso no Parlamento. Confessa a surpresa que lhe causou a notícia de sua eleição e se pôs

(*) Nota reproduzida, por gentileza do professor Isaac Grinberg, no jornal "O Diário", de Mogi das Cruzes, de 7 de maio de 1994.

a pensar como dirigir-se ao público ou aos seus pares nessa nova atividade, função para a qual não se julgava preparado, pois até então o máximo que falara em público fora como professor e ainda assim para poucos alunos e lecionando geologia e mineralogia, matérias pouco propícias a exercícios de oratória.

Todavia, teve Taunay bons conselheiros, especialmente Francisco Otaviano, político experimentado, com bela folha de serviços ao país e dado também a vãos poéticos, pois são de sua autoria alguns dos mais famosos poemas da literatura brasileira. (Quem não leu **Ilusões da vida**?: "Quem passou pela vida em branca nuvem/E em plácido repouso adormeceu,/Quem não sentiu o frio da desgraça,/Quem passou pela vida e não sofreu,/Foi espectro de homem, não foi homem,/Só passou pela vida, não viveu.)

Pois bem, entendeu Francisco Otaviano de transmitir ao jovem político algumas normas de como comportar-se na Câmara. E Taunay, vendo que seus conselhos "tão bem respondiam" às suas hesitações e aos seus receios, tratou de segui-los da melhor maneira possível até que adquirisse com o tempo a desenvoltura que bem o caracterizou nos seus últimos anos.

Algumas das coisas que Taunay dizia que pretendia fazer merecem consideração, especialmente nos dias de hoje. Não me furto ao prazer de transcrevê-las:

"Buscaria cumprir séria e restritamente os meus deveres parlamentares, primando pela assiduidade, estudando as ordens do dia e os pareceres das comissões, indo às sessões bem certo de como deveria votar, não arredando pé antes da conclusão dos trabalhos diários, o que sempre fiz, desempenhando como convinha o meu grave e novo papel na sociedade política, além de zelar com particular e grato afã os interesses da circunscrição eleitoral que me constituíra seu advogado e representante. Não havia de me arriscar aos perigos da tribuna senão para tratar, o mais resumidamente possível, de assuntos militares que conhecia bem e em que me sentia seguro, dando neles opinião com toda a singeleza, sem pretensões à retórica e só com o fim de ser prático e útil; fugiria prudentemente das matérias que não fossem de minha alçada e especialidade, observando atento o modo de proceder dos outros e as fórmulas habituais que tanto ajudam o parlamentar".

E por aí afora, continua o futuro Visconde (pois esse título só lhe foi conferido já ao findar de sua carreira), lembrando quanto se valeu das recomendações de seu conselheiro, que se estendem por mais de uma página de suas reminiscências. Página que valeria a pena ser impressa e distribuída a nem sei quantos parlamentares de hoje, que cada dia parece se compenetrarem menos de suas verdadeiras funções de "representantes do povo". Especialmente muitos que chegaram a declarar abertamente que só compareceriam às sessões em que deveria ser votado assunto de alta relevância se... tivessem garantida a passagem de avião para se retirarem da capital na véspera do Carnaval!

Bem, a quem estiver interessado nos conselhos de Francisco Otaviano, encontram-se eles no livro **Homens e coisas do Império**, do Visconde de Taunay, páginas 98 a 100, edição Melhoramentos, São Paulo, 1924.

...
 ...
 ...

...
 ...
 ...
 ...
 ...

...
 ...
 ...
 ...
 ...

...
 ...
 ...

...
 ...
 ...
 ...
 ...

...
 ...
 ...
 ...
 ...

...
 ...
 ...

...
 ...
 ...
 ...
 ...

...
 ...
 ...
 ...
 ...

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I - INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II - FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III - INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ବିଏ PUCAMP